DR. ARTUR C. FERREIRA REIS

O PROCESSO HISTÓRICO DA ECONOMIA AMAZONENSE

BELÉM ★ 1943

O PROCESSO HISTÓRICO DA ECONOMIA AMAZONENSE

Êste livro é apenas uma visada panorâmica da evolução econômica do Amazonas. Faltam-lhe, assim, tôdas as características dos trabalhos de sumo, que pretendam trazer a informação completa e perfeita acêrca dêste ou daquele tema.

Penetrando um assunto apenas aqui e ali aflorado, pelo menos dentro da técnica que nos pareceu melhor, nossa intenção foi ùnicamente fixar as linhas mestras do processo histórico da economia regional à luz dos gráficos das estatísticas, à luz dos inquéritos já realizados sôbre certos tipos da produção amazonense, servindo-nos da documentação inédita ou não que pudemos compulsar e foi a fonte mais saborosa e mais útil de que nos valemos.

Partindo da identificação rápida do espaço, passando pelo registro dos contingentes populacionais que trabalharam êsse mesmo espaço, acompanhamos, em três séculos, o esfôrço do contingente humano na sua faina para amansar a terra e na obra de conquista que êle realiza pela verificação e coleta dos mil exemplares botânicos e zoogeográficos necessários às utilidades industriais do mundo contemporâneo.

A história econômica do Amazonas é parte integrante, impossível de destacar, da história econômica de todo o vale, história econômica que nos revela o homem, em pleno ciclo do trabalho mecanizado, ainda operando sem os recursos do equipamento que a ciência possibilita, e em tôrno a cujos detalhes, compreendendo igualmente os aspectos marcantes do processo social, preparamos o estudo ampliado, de que o presente, grosso modo, pode ser uma súmula.

A civilização amazônica decorreu e decorre da emprêsa dirigida sôbre a floresta. Suas pintas mais vivas são ainda as pintas que as "drogas", dos sertanistas do período colonial, e a chamada produção espontânea da atualidade lhe proporcionam num impressionante condicionamento de vida. Ontem era o cacau, a salsa, o cravo, os gêneros aproveitados na farmacopéia e na condimentação européia. Hoje é a vez da borracha, da balata, da castanha, do timbó, da essência de pau-rosa. Economia, sempre, de sentido primitivo, próprio das sociedades vivendo a infância dos estádios culturais.

Sumariando-a, no tocante à sua feição econômica, como já lhe sumariamos no tocante à sua feição espiritual, mais uma vez trouxemos a nossa contribuição à inteligência das origens e da evolução amazônicas, propósito que nos vem animando no decorrer de nossa atividade pensamental.

Belém, 7-6-43. — **Artur César Ferreira Reis.**

O ESPAÇO

O estudo das condições e do processo evolutivo da economia de qualquer região exige, preliminarmente, a verificação do que representa, do que vale o espaço onde o homem dessa região ensaia a cultura da terra, faz a criação de seus rebanhos, organiza a produção, disciplina a vida, criando as fórmulas de sua civilização no tipo que a própria paisagem ambiente lhe permite, condiciona ou êle pôde transformar.

No caso particular do Amazonas, essa indagação, mesmo a vôo de pássaro, é de uma importância capital, porque todo o esfôrço do homem, no sentido da sua vitória sôbre o meio com a fundação de sua economia, é, inegàvelmente, uma decorrência imperativa dêsse mesmo ambiente, que não lhe permitiu ainda a libertação que êle porventura tenha sonhado, donde a exibição de seus padrões de cultura, na aventura econômica, continuarem subordinados às condições que o ambiente lhe impõe e lhe dá formas de uma rusticidade bem acentuada.

De acôrdo com as indicações oficiais, êsse espaço possui uma superfície de 1.825.997 quilômetros quadrados, que garantem ao Estado a condição especialíssima de maior extensão no quadro territorial das circunscrições administrativas do País.

Seus extremos físicos são assim representados:

Monte Caburai, ao Norte-lat.5°16'19"-Long. W.Gr.60°12'43".

Rio Abunã, a leste, de Sta. Clara, ao Sul-Lat. S. 9°54'0" Long. 66°37'46".

Margem direita do Rio Amazonas, frente à serra de Parintins, a Leste-Lat. 2°22' 15"-Long. 56°23'48".

Nascente do Rio Javari, a Oeste-Lat. 7°06'42"-Long. 73°47'42".

Seus extremos políticos estão determinados em virtude de tratados de limites celebrados pelo govêrno da república com as nações vizinhas, por sentença do Supremo Tribunal Federal e entendimentos administrativos entre o govêrno estadual e o das unidades federativas que lhe fazem fronteira. São os seguintes:

ao norte-oeste, Colômbia;
ao norte, Venezuela;
ao norte-leste, Guiana Britânica;
a leste, Pará;
a leste-sul, Mato Grosso;
ao sul, Bolívia e Território do Acre;
a oeste, Peru.

Seus índices climáticos e de salubridade têm sido observados desde o período colonial, quando médicos a serviço do govêrno português, como o Dr. Antônio José de Araújo Braga e o famoso naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, fizeram as primeiras constatações, enquanto outros técnicos e funcionários do Estado identificavam regimes de chuva, movimento das águas dos rios que iam sendo penetrados e estudados, organizando gráficos necessários ao conhecimento mais profundo do ambiente amazonense. As observações, ampliadas com os elementos técnicos mais modernos, jamais deixaram de ser realizadas, o que autoriza conclusões de certo modo exatas.

"Climatològicamente, escreve Delgado de Carvalho, a Amazônia pertence à zona equatorial e com exceção da sua parte norte mais elevada, só apresenta planícies, beneficiando-se assim integralmente das condições características de sua latitude". Parte integrante da Amazônia, o espaço amazonense é, conseqüentemente, como as observações indicam, parte integrante também da zona equatorial. Quente e úmido, com média de temperatura de 28°2, conhecendo apenas duas estações: o verão e o inverno, êste começando em fins de outubro até princípios de junho.

Quanto à salubridade, não se lhe pode atribuir a condição de ambiente impróprio à vida. Chandless, por exemplo, viajando pelo Purus, quando ali começava a penetração povoadora,

considerou a região hostil, em tais proporções, ao homem, que pôs em dúvida que o esfôrço em início obtivesse qualquer êxito. Decorridas menos de duas décadas, o povoamento era uma realidade que ninguém podia negar. Bates, por seu lado, considerando os onze anos que viveu na hinterlândia amazonense, sem que sofresse o menor mal endêmico ou epidêmico, atribuiu à Providência as condições admiráveis de salubridade que aí encontrou. Euclides da Cunha opinou do mesmo modo, considerando o clima amazonense como um clima caluniado.

Evidentemente, tanto Chandless, com o seu negativismo, como Bates e Euclides, com suas afirmações cheias de concessões, foram exagerados. Porque nem o Amazonas é o clima glorioso de uns, nem o clima infernal de outros. O certo, porém, é que as epidemias, que desde a época colonial fizeram suas incursões na região, como a varíola, assim como as endemias do tipo do paludismo, enfrentadas pelos recursos da ciência sanitária, cederam ou estão cedendo, fazendo desaperecer os perigos que tanto alarmavam os ádvenas. Os gráficos de mortalidade não expressam estado de alarme. O ambiente amazonense não é assim, portanto, um ambiente impróprio à vida humana.

No tocante às características fisiográficas, inicialmente assinalemos que, a não ser na zona norte, onde encontramos o maciço guiano e no trecho oriental, de rápida, quase insignificante ondulação, o espaço amazonense é uma imensa planície marcada pela maior rêde hídrica do mundo. Essa rêde hídrica, aliás, riscando tão profundamente a paisagem física que podemos mesmo apresentá-la como a sua característica mais forte ou definitiva.

Dando-lhe fundamento, temos o Rio Amazonas, que corta o Estado de oeste-leste e cujas águas recebem o tributo de uma série quase infinita de afluentes de curso da mais variada extensão. "Estrada real", como lhe chamaram os lusitanos na fase do desbravamento, é o caminho de acesso a tudo. Seus afluentes, como o Rio Negro e seu tributário Branco, como o Purus, o Madeira e o Juruá, por seu lado enquadram nos respectivos vales os departamentos naturais em que o Estado se divide. Assim, falamos na região do Rio Branco, do Rio Negro, do Purus, do Juruá,

do Madeira, do Solimões, do Baixo Amazonas, tôda vez que desejamos referir-nos aos territórios que compõem a carta econômica e mesmo política da Província.

Ocupando uma área imensa, as águas dessas bacias permitem a passagem do homem, preparam-lhe as várzeas para as sementeiras agrícolas, destroem-lhe, por vêzes, o produto de seu trabalho, forçam-no a construir a moradia em função de suas enchentes e vazantes, dão-lhe enfim a feição mais típica nos costumes, na alimentação, nas atividades econômicas, em tôdas as direções culturais, mesmo porque nas terras firmes não há ocupação humana com densidade semelhante à das várzeas.

Condicionando tudo, essa rêde hídrica se define mais nos lagos piscosos, nos furos, nos paranás, aqui e ali multiplicando-se em entradas e saídas e dando a idéia de que o espaço para a terra enxuta é quase insignificante e o domínio total da região é o das águas, ora correntes, ora paradas, ora mansas, ora em revolução.

Outro aspecto impressivo da paisagem característica amazonense está no conjunto selvático que constitui a maior reserva, na espécie, existente no mundo. De tal maneira espêsso em certos trechos, êsse conjunto selvático, que a impressão é de que o homem realmente ainda se não pôde instalar na região ou ainda não encontrou meios para desbastá-la, destruindo as espécies botânicas que lhe cortam o passo e impedem o êxito agrário. Noutros, porém, ao invés da floresta fechada, frondosa, de tipos altos e selvagens, a mata baixa, corrida. E só por exceção os campos, de vegetação rasteira, aqui e ali pontilhados por verdadeiras ilhas de palmeiras. É o caso do Rio Branco e de pequenas zonas do Baixo Amazonas, onde, ao invés da indústria extrativa intensiva, se faz a criação de gado.

Nas terras firmes, a coloração é verde escura, escreve Alfredo da Mata, identificando-se o espaço, além do mais, pela presença de indivíduos botânicos como a castanheira, o caucho, a hévea, etc. A escassez de palmeiras é sensível. As matas de várzea não apresentam a mesma pujança e estão sempre ameaçadas de destruição pela voracidade das águas. Mas, como as terras

firmes, guardam imensas riquezas, representadas por tipos de hévea, uricuris, samaumeiras, açacuzeiros, etc.

Nas terras firmes, escondem-se milhares de indivíduos da fauna econômica da região, fauna utilizada principalmente no negócio de couros e peles. Como nas águas do Solimões, do Rio Branco, do Purus, habita uma população de alguns milhares de espécies ictiológicas, como o piraracu, o peixe-boi, a tartaruga, de alta expressão nos gráficos da economia de exportação do Estado.

Ambiente poderosamente rico, "habitat" e reserva de matérias-primas considerável, reserva pelo seu estado de natureza, explica, como escrevemos anteriormente, as fórmulas de cultura rústica que lhe dá as pintas mais fortes no processo econômico e seguramente também no processo social. Espaço, enfim, onde a atividade humana se opera numa ofensiva diária contra as mil fôrças da floresta e das águas, que lhe dificultam a vida e lhe proporcionam vida, sua caricatura fica, riscada a mêdo, nestas páginas, para que possamos, nos capítulos a seguir, acompanhar a marcha estóica dos bravos que vêm fazendo a história econômica do Amazonas.

O ELEMENTO HUMANO

O contingente que entrou, inicialmente, na composição populacional do Amazonas, foi o gentio, que se adensava ao longo dos cursos fluviais, em tribos algarismadas, exageradamente, pelo olhar extasiado dos primeiros cronistas, em muitas centenas, que representavam muitas centenas de milhares de seres humanos.

Vivendo estádios de cultura material e espiritual que ainda não foram suficientemente esclarecidos, ora apresentando índices interessantes de desenvolvimento nesta ou naquela direção, ora parecendo ter cristalizado em muitos aspectos de suas condições existenciais, essas tribos enfileiravam-se em grupos que a ciência etnológica tem classificado, diferindo umas das outras, guerreando-se uma às outras, oferecendo características de vida curiosas e que nos explicam, ainda nos nossos dias, várias das peculiaridades econômicas e sociais da região.

Assim, possuindo tôdas elas um domínio total sôbre as particularidades fisiográficas, botânicas e faunísticas do vale, sabendo distinguir o útil do inútil, o precioso do que podia ser pôsto de margem, sem a sua colaboração o colono ádvena nada poderia realizar, donde o apêlo constante para que viesse, pelo meio maneiroso ou cedendo à violência da superioridade material dêsse mesmo ádvena, trazer a sua contribuição essencial ao desbravamento da hinterlândia, à identificação e conseqüente colheita das variadíssimas espécies nativas que os colonos mandaram à Europa, no início da conquista econômica do extremo norte de sua colônia sul-americana.

Sem o gentio, portanto, não se dava um passo. Era êle que remava, caçava, pescava, fazia as farinhas, lavrava a terra, guiava as expedições, passava as cachoeiras, indicava os peri-

gos e os meios de escapar a êles, apontava os tipos da flora e da fauna, construia os povoados, fazia os mil artefatos de que havia necessidade para que se pudesse prosseguir na campanha de fundação do império ocidental no ambiente exótico e hostil. Era êle nervo e vida. Contingente populacional numérico de maior vulto até as proximidades da república, evidentemente foi também o elemento que fundamentou a economia amazonense, sem que, à sua volta, se criasse o ambiente de respeito e de garantias a que tinha direito e só os missionários souberam proclamar.

A princípio aldeados pelos missionários, jesuítas, carmelitas e mercenários, pacificados e conduzidos a novos ritmos de vida pela habilidade dêsses catequistas, quando se consumou o desastre da orientação regalista de Pombal a sua situação não se alterou para melhor antes descendo para um verdadeiro martirológio, porque se passou a exigir dêles um esfôrço a que não estavam habituados, nada se lhes dando que compensasse êsse esfôrço despendido desmendidamente. Descidos, posteriormente, do alto sertão, por expedições dirigidas pelos diretores dos povoados, agarrados violentamente outras vêzes, durante razias sangrentas, condenados a um trabalho impenitente, escravizados sem piedade, situados aqui e ali sob o guante de funcionários que lhes desconheciam a psicologia e possuiam apenas o sentido mercantilista no exercício das funções, padeceram mil desventuras, sempre, porém, a construir a melhor contribuição para que a economia amazonense fôsse sendo estruturada.

Seus índices numéricos, como era natural, desceram assustadoramente. De par com o desgaste decorrente dos maus tratos, a mortandade nas refregas com as tropas de resgates, as tropas de guerra, as tropas de descimento, os males do corpo que devoraram vários milhares dêles, males que contraíam ao contato com o ádvena conquistador. Os Muras, que possuíam malocas pelas margens do Solimões, Purus, Madeira e Autazes, o que lhes assegurava algarismos imensos no cômputo de seus contingentes populacionais, em guerra aberta, durante décadas e décadas contra os colonos, mandados exterminar pelas autoridades régias, por fim aproximados dos colonos, ano de 1785, já por

meados do século XIX, como que se extinguiam ao choque com as novidades que os conquistadores traziam, como já haviam perdido milhares de vidas durante os ciclos agitados das campanhas contra os dominadores.

As epidemias de varíola, assaltando a região de quando em vez, só entre 1743 e 1749 levaram 40.000 indígenas, em todo o vale. Por ocasião das refregas contra as hostes manauaras e aliadas, que obedeciam a Ajuricaba, o cabo lusitano Belchior Mendes de Morais, ano de 1729, passou pelas armas 20.800 índios, segundo êle mesmo comunicou ao Capitão-General e Governador do Pará! No Urubu, em 1663, Pedro da Costa Favela e Antônio da Costa, para vingar o assassínio de Arnau de Vilela, destruíram trezentas malocas, matando 700 índios e escravizando 400. Para as obras que o govêrno português realizou em Macapá e Belém, no decorrer do segundo quartel do século XVIII, tribos inteiras, trazidas do alto Rio Negro, desceram para os dois lugares sem que voltassem mais aos distritos de onde tinham vindo. Para as obras públicas que aos poucos foi dando, de 1852 em diante, nova fisionomia urbana a Manaus, várias malocas desceram do Rio Negro e do Solimões, sem que seus componentes regressassem ou se incorporassem na cidade da Barra, ao seu conjunto populacional, através de uma organização familiar que as elevasse de nível moral e material.

O despovoamento do interior, com a destruição de seu melhor contingente, política inábil, criminosa mesmo, aos poucos foi criando o problema do deserto, que todos sentiam mas ninguém sabia vencer.

Spix e Martius, em 1820, por ocasião de sua viagem à antiga Capitania de São José do Rio Negro, verificaram os perigos que essa destruição possibilitava. Alexandre Rodrigues Ferreira, décadas antes, nos últimos tempos do século XVIII, embora sem entusiasmos pelos índices de capacidade dos primitivos amazonenses, igualmente assinalou os erros da orientação drástica vigente. Tavares Bastos, os presidentes da Província do Amazonas, os vários homens de ciência que nos visitaram no século XIX, todos registraram o quadro desolador, que não se alterava por

uma providência inteligente, do desaparecimento das massas gentias, massas que ainda eram utilizadas nos serviços do Estado, nas emprêsas particulares, em tôdas as atividades, enfim, de que resultavam benefícios para a economia amazonense.

O segundo contingente que entrou na composição populacional amazonense, no ciclo colonial, foi o dos colonos vindos da Europa, ou das Capitanias próximas, nortistas, do Maranhão principalmente. Êsse contingente não teve grande expressão numérica. E foi representado por entradas quase sempre individuais. Integrando "tropas de resgates" ou vindo à colheita das "drogas", êste ou aquêle sertanista se deixava ficar à beira dos cursos fluviais, abrindo a sua feitoria que aos poucos ia transformando num sítio trabalhado pelo gentio escravizado. Depois de criada a Capitania, elevou-se de certa maneira êsse contingente pela autorização régia para que os soldados, vindos para a guarnição das fronteiras ou para acompanhar as expedições de limites, tivessem baixa a fim de acomodar-se no novo lar que constituíssem com a mulher da terra. As autoridades governativas, incentivando a miscigenação legal, concediam sesmarias, instrumentos agrários tais como foice, ferro de cova, machado, enxada, favoreciam por mil modos os que se unissem às índias perante a lei, inclusive concedendo, aos frutos da união, as garantias para os emprêgos, honras e dignidades que o Estado conferia. As medidas oficiais produziram resultados animadores, conquanto o número de colonos não mamelucos, imigrados para a Capitania, não tivesse sido assinalado por algarismos altos. Os casais trazidos das ilhas açorianas para o Pará não se deixaram seduzir pelas terras e facilidades concedidas na Capitania, donde a porção diminutíssima dos que nela se instalaram.

O grupo africano, que tanto significou na formação brasileira em vários trechos do território nacional, no Amazonas representou-se por quantidades quase inexpressivas. A abundância do braço gentio, que os colonos exploravam, a pobreza dêsses mesmos colonos, que não dispunham de capital para adquirir, no mercado belemita, as peças africanas necessárias às suas pro-

priedades, foram razões fortes para explicar a inexpressividade quantitativa do continente negro. De 14.000 "peças" que a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão trouxe de Cacheu e Bisnau, para a Capitania paraense, pouquíssimos passaram aos distritos amazonenses. Em 1775, por exemplo, havia em todo o Amazonas, apenas 193 africanos. Em 1818, contavam-se 535. Em 1840, 710; em 1884, 1.501.

Como se vê, mesmo depois do ciclo colonial, as entradas de escravos negros eram insignificantes. De par com os motivos atrás referidos, enumerava-se mais a incapacidade do negro para o ambiente econômico, que procurava na colheita permanente da espécie vegetal ou animal nativa a sua característica fundamental. Para a emprêsa, ao invés do negro, o capital precioso era o gentio, o mameluco, o caboclo, que conheciam o espaço regional e seus valores econômicos.

A êsses elementos iniciais vieram juntar-se, já depois de 1850, grupos de santarenos, alenquerenses e obidenses, que se lançavam à colheita da borracha no vale do Madeira, imaginando que os seringais do Tapajós e Xingu estavam extintos com as derrubadas que haviam sofrido. Grupos maranhenses, pouco depois, também trouxeram a sua energia ao desbravamento e crescimento populacional da Província. Nunca foram, todavia, além de dois milheiros. Instalaram-se nos vales do Purus e Solimões.

Por fim, de 1870 em diante, sem cessar, mas com vulto impressionante em 1877, 1888, 1900, as gentes nordestinas, cearenses à frente, tangidas de seus ambientes pela inclemência das sêcas e seduzidas pela corrida à floresta das héveas, que os mercados europeus e norte-americanos pagavam a preços tentadores. Essa massa nordestina dirigiu-se principalmente para os altos rios Madeira, Purus e Juruá. Alcançou o Acre. Empurrou a fronteira sôbre os territórios boliviano e peruano. Desbravou e incorporou, ao domínio político e econômico do Brasil, extensões imensas que até então eram apenas, nos mapas, regiões havidas como ignoradas pela geografia ou campo das correrias dos bandos indígenas escapos aos assaltos dos colonos nos idos coloniais. Em conseqüência, essa massa nordestina, que trazia direções de

trabalho inteiramente diversas das que se viam no Amazónas, alterou a própria fisionomia no setor econômico, como foi a maior fôrça povoadora que o Amazonas recebeu até o presente, quando novas levas se encaminham, servindo o esfôrço de guerra da nação, do mesmo nordeste para o extremo norte do País.

Contingentes de povoadores estrangeiros, após a independência, não se algarismaram de modo a merecer uma referência especial. Apenas a Companhia de Navegação de Mauá, recebendo terras em vários pontos da Província, para experiências coloniais, fundou dois estabelecimentos: Serpa e Mauá. Para êles encaminhou pequenos grupos de açorianos e de chineses, que fracassaram inteiramente na tentativa agrícola.

Os índices populacionais do Amazonas, como era natural, pela extensão da terra, pelas endemias que ceifavam vidas, pela má política de exterminação dos núcleos indígenas, pela ausência absoluta de uma política imigrantista, que nunca passou de referências nas páginas dos relatórios e mensagens oficiais, nunca puderam ser notáveis.

Em 1757, quando da instalação da Capitania de São José do Rio Negro, raiz mais distante do Estado do Amazonas, os algarismos representativos da população de tôda a Amazônia eram os seguintes: 46 aldeias, 30.000 fogos e uns cem mil habitantes, dos quais o grosso contava-se entre a gentilidade que ou já ali estava convertida pelos missionários ou fôra descida pelas autoridades. Particularizando o Amazonas, contavam-se uns 15.000 a 20.000 habitantes.

Em 1775, segundo as verificações realizadas pelo Ouvidor Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, o censo acusava o seguinte:

Pessoas livres	936
Índios aldeados	10.620
Escravos	193
Total geral	11.749

Baixara o índice populacional em virtude das fugas da gentilidade, que preferia, às vilas e povoados — com as obrigações ci-

vis e militares —, às violências das autoridades, as malocas nos altos rios, para onde se dirigiram.

Em 1818, novo censo dava êstes resultados particulares:

Lavradores	756
Escravos	536

Em 1820, Spix e Martius colheram os dados seguintes:

Fogos	1.619
Pessoas livres	3.071
Índios aldeados	11.435
Escravos	729
Total	15.072

Pelas instruções baixadas do Reino, essas verificações não se reduziam à apuração do "quantum" populacional, ampliando-se na investigação da ocupação dos habitantes, casamentos anuais, nascimentos e falecimentos, importação, exportação, produção da Capitania, preços correntes dos gêneros, número de embarcações utilizadas no comércio interno e externo, taxas e impostos pagos pelos colonos em particular e comerciantes em geral. Eram tarefa confiada aos párocos e deviam ser levantatadas anualmente, bem como o registro das condições e características geográficas da região, encargo êste que os governadores confiariam a funcionários habilitados e de quando em vez foram realmente executados com certa eficiência.

Os gráficos que divulgamos mais adiante, em tôrno a certos aspectos da vida econômica do Amazonas, no período colonial, dizem melhor sôbre essa identificação mandada proceder pelo poder público. Como os referentes aos totais de população, levantados em 1790, 1793 e 1796, indicam o rigor da identificação e o que era o contingente humano no desbravamento e na organização econômica da Capitania.

Processada a independência, os trabalhos de censo foram prejudicados devido aos incidentes que, até 1840, intranquilizaram a Amazônia, ensangüentando-a e perturbando-lhe profundamente a evolução. Assim, não foi possível levar adiante os tombamentos regulares, tanto mais quanto tôdas as atenções das

autoridades estavam voltadas para os assuntos dizentes com a ordem pública. O Amazonas, como veremos adiante, entrava numa fase de decadência impressionante. Em 1839, somavam-se segundo dados oficiais, seguramente imperfeitos, 17.881 moradores livres e 962 escravos.

Às vésperas da instalação da Província, ano de 1851, a estatística levantada por ordem das autoridades paraenses acusava 29.789 habitantes sendo:

Homens livres	7.815
Homens escravos	225
Mulheres livres	8.772
Mulheres escravas	272
Menores livres	12.461
Menores escravos	253

Em 1856, segundo os elementos colhidos pela Presidência da Província, êsses algarismos se tinham alterado para 41.819, dos quais 912 eram escravos e 366 estrangeiros.

Em 1859, havia uma estimativa oficial, que o Presidente Francisco José Furtado proclamava, em "Fala" à Asembléia Legislativa, não merecer confiança, dando o resultado seguinte: 43.938 habitantes, não se computando nêles o gentio aldeado e em contato mercantil, nas suas aldeias, com as gentes que procuravam o interior na faina econômica.

Dois anos decorridos, além de 15.832 índios aldeados, o censo oficial falava em 46.187 indivíduos. Um levantamento realizado dois anos depois acusou 40.259 habitantes, o que parecia indicar um decréscimo conseqüente a algum acontecimento calamitoso, como as epidemias que de quando em vez davam sinal de si. A explicação do Presidente Carneiro da Cunha era que o levantamento anterior se baseara em estimativa, tomando como elemento fundamental o censo procedido na capital. Tudo, no fim de contas, sem atender a métodos científicos, sem que a Província dispusesse de um organismo que processasse as verificações com pessoal abundante e habilitado.

Na década seguinte, ano de 1872, em cumprimento às instruções expedidas da Côrte, para um grande inquérito por todo o Império, comissões provinciais percorreram rios, vilas, povoados.

O resultado do exame, divulgado em 1873, sem que dêle constasse a população do Alto Madeira e parte da do município de Moura, foi êste: 53.012, dos quais 3.245 estrangeiros, grossa maioria portuguêses e peruanos.

Quando da Proclamação da República, a Província avaliava a sua população em 80.654 habitantes, o que significava 0.04 por quilômetro quadrado. O crescimento era, evidentemente, conseqüência das entradas de nordestinos, chegados em número sempre ascendente. A estatística repousava nos resultados do censo de 1872 e aumento natural face às avaliações anteriores.

Sob o regime republicano, até 1914, quando se registrou a grande crise da borracha, o crescimento foi sensível. A imigração cearense não cessava. Assim, em 1900, um cômputo censitário indicou a existência de 249.756 habitantes, aumentados em 1912 para 378.476. De então em diante, não houve mais movimento de ampliação sensível, crescendo a população dentro de suas leis naturais. Em 1922, apesar do êxodo que refletia o desânimo econômico, êxodo que despovoou extensas regiões, o inquérito mandado organizar pelo govêrno da república informou que o Estado possuía 323.063 habitantes.

O inquérito de 1940 ofereceu êste resultado:

população absoluta — 453.233 habitantes
população relativa — 0,25 habitantes por km^2.

Por êsse inquérito, durante o qual os agentes do censo verificaram, com a dispersão populacional, claros imensos em determinados distritos do Estado, a condensação maior ocorre no Solimões, com 97.350 habitantes. No período colonial, a concentração mais forte era a do Rio Negro, que, sob o Império, começou a entrar em decadência. Na atualidade, não entrando no cômputo o município de Manaus, o vale rionegrino conta apenas com 32.898 povoadores. Nos altos rios que compõem a rêde rionegrina, o domínio é o da gentilidade, atendida pelos missionários ou servindo esporàdicamente os pioneiros que até lá chegam nos misteres de colheita de produtos naturais.

No vale do Purus, o índice populacional é êste: 50.734. De 1870 até 1904, pela entrada dos grupos nordestinos, fôra a zona de maior densidade. Com a organização do Território do Acre, o Amazonas perdeu os núcleos do Alto Purus e Alto Acre, o que explica os algarismos atuais.

O vale do Madeira, cujo povoamento mais intenso data da quinta década do século XIX, quando se abriu à extração da borracha e mais tarde ao comércio intenso proporcionado pelas relações com a Bolívia, apresenta agora o seguinte número: 52.284 habitantes. Na Mundurucânia, vivem os elementos mais distintamente marcados pelo sangue gentio. São 22.448 habitantes. O Baixo Amazonas concentra 59.931, e o Juruá 28.915, pois se trata da zona mais nova, onde o homem penetrou mais tarde e para onde as distâncias determinaram a fixação de menor número de povoadores. Demais, com a perda das terras que integraram o Território do Acre, deixaram de constituir população amazonense alguns milhares de indivíduos.

Os elementos humanos, com que o Amazonas vem contando para o drama de sua formação econômica e conseqüentemente de seu drama político, de sua manutenção como parte integrante do corpo social e territorial do Brasil, acabamos de ver nesta síntese, têm sido mínimos. Sua contribuição, seu esfôrço, em meio a uma série de circunstâncias negativas sempre constituem, evidentemente, uma contribuição, um esfôrço de vulto, que os gráficos e as notícias das páginas a seguir evindenciarão em suas linhas mais impressionantes.

O CICLO DA DROGA DO SERTÃO

A corrida para a América foi a conseqüência imediata do descobrimento dos novos "velocinos", que permitiam alçar os conquistadores à condição de cresos. Cronistas cheios de entusiasmo, fazendo uma literatura de descritivos extasiantes acêrca das águas, das florestas, dos primitivos, das montanhas, de todo o ambiente que se ia descobrindo e incorporando ao patrimônio territorial das nações ibéricas, possibilitavam êsse "rush". Lendas indígenas, sôbre serras douradas, países de mulheres guerreiras, extensões cobertas de riquezas, mundos encantados, fomentavam, de seu lado, entradas pela hinterlândia. A corrida para a América, realizada no decorrer de todo o século XVI, não conhecia precedentes na história dos deslocamentos de populações no sentido da instalação em outros continentes.

As terras amazonenses, percorridas de oeste-leste em 1540-1541 por Francisco de Orelana, em 1560 por Pedro de Ursua e Lopo de Aguirre, só no século seguinte foram atingidas permanentemente, com o intento de sua exploração imediata e ocupação pelo homem que viera pelo Atlântico ao longo do litoral, na façanha da irradiação do domínio ibérico.

As penetrações de Orelana e Ursua-Aguirre, conquanto resultantes dessa fome de riquezas que atormentou os europeus do século XVI, não haviam produzido os resultados imaginados. O País da Canela, o Império do Dorado, referidos, indicados pelo nativo imaginoso, constituíam mais um capítulo da patranha deliciosa que se avolumava em desencantos à medida que os sertanistas e conquistadores se afundavam pelo coração do continente.

Estabelecida a casa forte do Presépio, que sombrearia o núcleo de Belém, a seiva que descia da Bahia, de Olinda, principiou

a navegar as águas do Rio-Rei, revelando-o à Europa, que dêle tratou de informar-se com certa sofreguidão. O Presépio serviu, em conseqüência, de logo, às entradas que começaram no rumo oeste, como ponto de partida, numa situação geográfica privilegiada. Base para tôdas as operações ao longo do vale, Presépio e Belém proporcionaram facilidades, garantias à emprêsa de incorporação que os lusitanos levaram adiante em meio ao entrechoque com os grupos gentios ou face à interferência ousada de concorrentes vindos da Britânia, da Holanda e da Irlanda.

As terras amazonenses, constituindo como que a alta hinterlândia do vale, patrimônio no oeste distante, pelas notícias dos primeiros cronistas, eram o mundo das especiarias. Gaspar do Carvajal, no século XVI, como Cristóvão de Acunha, na quinta década do século XVII, tinham registrado mil particularidades da riqueza que se acumularia ali. Ainda nesse século XVII, dois outros cronistas, Maurício de Heriarte e João de Sousa Ferreira, riscando panoramas do que tinham observado no contato com a natureza e o homem, avisavam os que vinham de fora das excelências do espaço amazonense, pormenorizando os gêneros nativos, os espécimes da flora, da fauna, a variedade ictiológica, noticiando ainda, a ser certa a informação do gentio, a existência de minas de ouro e prata. Em meio à realidade do que os olhos viam, um fabulário interessante aos poucos se ia destruindo com a dureza do ambiente.

Heriarte, capitulando o seu livro "Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas", pelas províncias indígenas do vale, dividira as terras amazonenses em: Província dos Tupinambaranas, Província dos Agoas, Província dos Sorimões, Província dos Carapunas, Província dos Cambebas. Atendera também às repartições naturais feitas pelos cursos fluviais: Madeira, Negro, Ouro. Em todos êsses distritos, ao lado das multidões gentias, indicava especiarias abundantes: sassafrás, salsaparrilha, cacau, canafístula, pita, urucu, canela, algodão, carajuru, madeiras das mais variadas espécies, tartarugas, etc.

O sábio francês Charles Marie de la Condamine, já nos princípios do século XVIII, quarta década, conquanto um homem que media as afirmativas, não soube esconder seu entusiasmo

pela variedade e abundância da especiaria que pôde examinar, à baixada de Quito, com destino a Belém.

Além das espécies acima referidas, havia mais o cravo, fino e grosso, manibas, baunilha, quina, puxuri, árvore da casca preciosa, sementes oleaginosas. No Solimões, os Cambebas trabalhavam o leite de uma árvore, aproveitando-o na feitura de artefatos de uso constante doméstico. Era o que êles chamavam de "cahuchu". La Condamine vira exemplares de artefatos, como vira o "leite" e a árvore que o produzia.

As populações indígenas, por seu lado, preparavam outras curiosidades manufaturadas, com o emprêgo do material colhido na floresta ou na própria terra. Aqui e ali ótimos oleiros, aqui e ali ótimos tecelões, aqui e ali ótimos fabricantes de objetos pintados, de utensílios domésticos ou de uso mais amplo. Inteligência arguta, os primitivos amazonenses distinguiam-se por mil atividades que, aos olhos dos ádvenas europeus, apareciam como produção exótica que lá fora passou a obter uma procura rápida e segura. As terras amazonenses, ricas em espécies nativas, atraíam a atenção dos sertanistas. A produção manufaturada pelos grupos gentios era outro motivo de atração negocista. Terra e homem sempre no caráter de novidades perturbantes.

Justamente à época em que se revelavam à Europa essas curiosidades do mundo amazônico, as especiarias do extremo norte da colônia lusitana, Portugal começava a sentir os efeitos da política imperial que outras nações realizavam sôbre seu ultramar oriental. O grande entreposto que Lisboa representava para a especiaria oriental, entrava a perder sua importância. Os mercados não desapareciam, é certo, mas os coletores, os comerciantes da especiaria, êsses já não eram mais apenas os portuguêses. Portugal, em conseqüência, voltou-se para a colônia distante, de onde lhe chegavam a todo instante as notícias mais extravagantes à volta de uma produção espontânea que bem poderia substituir, de algum modo, a produção comerciada do Oriente.

Em 1637, por exemplo, Jácome Raimundo de Noronha, que governava tôda a Amazônia portuguêsa, mais o Maranhão, vistas largas sôbre o futuro da região, apelara para uma política

que acertasse medidas tendentes a aproveitar as riquezas naturais. A 14 de abril de 1655, expedindo regimento a André Vidal de Negreiros, que vinha administrar a colônia, S. Majestade ordenava-lhe a execução de providências que valessem a uma exploração bem orientada do que constituía essa produção espontânea.

O colono chamava essa produção espontânea de "droga do sertão". Em flotilhas de embarcações de todos os tamanhos e quantidades, manobradas e constituídas pelo braço indígena, já se atirava ao jornadear pela hinterlândia para a colheita do cacau, do breu, da salsa, da copaíba, do cravo, para o fabrico de manteigas de peixe, para a conquista econômica do alto sertão. Sertanista ousado, utilizando para tudo o braço nativo, não é demais insistir, dêle tirando a lição necessária para conhecer os tipos da flora e da fauna, para viver e adaptar-se ao espaço que escolhera para suas emprêsas mercantis, o colono foi tentando domar o espaço e torná-lo o mais famoso centro de especiaria do Novo Mundo.

Uma legislação constante desceu de Lisboa, insistindo pela política da colheita da "droga". Sempre pedindo que se descobrissem novas espécies, que se aumentasse a produção, que se garantisse a colheita. Fortins, postos fiscais, expedições de guerra movidas para conter gentio em armas ou definir as fronteiras de Portugal nas terras amazonenses, na realidade tendiam para a defesa dos interêsses mercantis da nação lusitana. A "droga" era uma tentação permanente que precisava, que exigia cautelas especiais das autoridades a fim de evitar que outros povos lhe assaltassem e lhe tomassem o Novo Oriente que se descobria na Amazônia.

Até quase o fim do período colonial, a colheita da "droga" foi uma sedução estonteante. Os próprios missionários, nas reduções que montavam às margens dos rios, com os bandos nativos que incorporavam à civilização cristã, faziam seus catecúmenos subir e descer cursos fluviais na colheita da "droga". Governantes, esquecidos de suas obrigações funcionais, como no Oriente, metiam as mãos no negócio, fechando os olhos aos abusos dos colonos, seduzidos pelos proventos com a "droga".

No Solimões, no Madeira, do Natal ao S. João, colhia-se cacau. Os sertanistas, saindo de Belém, saindo de Gurupá, saindo de Cametá, internavam-se principalmente pelas águas dos dois rios e afluentes, operando decisivamente.

Não possuímos estatísticas que nos permitam avaliar a extensão dêsse negócio. Nos fortins de São José do Rio Negro, hoje Manaus, Pauxis, Tapajós e Gurupá, os droguistas pagavam os dízimos a que estavam sujeitos. Muitos escapavam ao cumprimento do que a lei impunha. As embarcações, segundo o registro de todos os cronistas coloniais, vinham sempre abarrotadas.

Essas "drogas" eram procuradas nos mercados europeus para condimentos, para usos farmacêuticos, para enfeites domésticos, para construções de edifícios, para artefatos custosos. Seus preços variavam muito. Os lucros para os sertanistas não se estimavam em grossos algarismos. Embora, se não permitiam haveres de vulto, não levavam à miséria, apesar de tôdas as lamúrias dos colonos, sempre a se dizerem desamparados da fortuna. O ciclo da "droga", primeiro da história econômica amazonense, pela sua importância, abria a hinterlândia ao domínio político de Portugal e possibilitava ao mundo um espaço imenso que lhe valia a maior reserva de matéria-prima vegetal e animal até então desvendada.

Desde já, fique, todavia, compreendido que, sendo o espaço amazonense êsse imenso espaço onde se guardava a maior reserva de especiaria do mundo, sua exploração, conseqüente à identificação que se foi operando à medida que o homem lhe penetrava os sítios mais distantes do Atlântico, ponto de onde partia para suas operações descobridoras e mercantis, não se encerrou de pronto ou se suspendeu quando se iniciou a nova política do cultivo da terra e da criação do gado, política que revelava o início da disciplina econômica na região. Porque, se por vêzes sua intensidade pareceu diminuída, repentinamente, mercê circunstâncias de vária natureza, se avolumou, perturbando a ação disciplinadora da lavoura e da criação, o que significava bem claramente que é à sua volta que a economia local se fundamenta, caracteriza e mantém.

Assim sendo, passada a fase da corrida, quando o homem fazia de descobridor pela mão avisada, pela inteligência objetiva do gentio, quando êle identificava os mil gêneros valiosos, foi possível levantar gráficos e assinalar mais seguramente a extensão do negócio, apreciando a sua significação para a vida da sociedade cujo bem-estar condicionou à sua maior ou menor importância e abundância comerciável.

A "droga", vegetal ou animal, marcando a vida econômica, não cessou nunca de ser procurada, insistamos, colhida, pescada, caçada, abatida, cortada, preparada. Ciclo inicial do Amazonas, continuou nos estádios que a região vem vivendo em suas transformações políticas e mesmo sociais, como os gráficos, que divulgamos nos capítulos a seguir, melhor expressarão.

A EXPERIÊNCIA AGRÍCOLA

As "drogas do sertão", como vimos, constituíam alma e nervo das condições existenciais da sociedade amazonense, desde seu primeiro ciclo formativo. O índio, o colono europeu, o mameluco, o missionário, tinham as vistas incidindo sôbre elas. A riqueza da terra, indicada durante algum tempo como igual às riquezas de outras partes do continente, repousava nela. Os cronistas, todavia, ao mesmo tempo que as descreviam, assinalavam a excelência do ambiente para a agricultura dessas mesmas espécies que a natureza proporcionava dadivosamente aos homens. Heriarte, aqui e ali de seu epítome geográfico, registrava o trabalho de grupos indígenas na cultura de gêneros de alimentação, o que indicava possibilidades magníficas para uma emprêsa de caráter agrícola. Os estrangeiros que tinham antecedido os portuguêses na tentativa de domínio, experimentando a solução, haviam adquirido um rendimento magnífico. Demais, nas outras capitanias do norte, a lavoura fundamentava eloqüentemente a ação do colono. No espaço amazonense, por que, pois, não experimentar igualmente o cultivo do algodão, da cana, do cacau, das variedades que caracterizavam a flora regional? Nas cercanias do Presépio, cumpre não esquecer, já se não ensaiava com resultados os mais auspiciosos o plantio intensivo da cana? Na capitania do Camutá, também, não se plantava cana, tabaco, com os mesmos êxitos animadores?

As ordens expedidas de Lisboa, se concitavam os colonos à emprêsa da colheita da "droga", nem por isso esqueciam os proventos que adviriam de um ensaio agrícola. Isso no século XVII. Com o despontar do século XVIII, essa orientação tomou corpo.

Com o advento de Pombal, então, definiu as linhas mestras da nova política.

O sertão amazonense, até aquêle momento, era apenas um distrito territorial do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Organizado politicamente como Capitania, que recebeu o nome de São José do Rio Negro, ano de 1755, mil providências da mais variada natureza completaram-lhe o equipamento. O Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, todo preocupações na execução de planos de valorização e de aproveitamento da seiva que percebia na sua Capitania, meteu ombros à emprêsa com uma vontade única de vencer. As instruções que expediu para o Rio Negro, envolvendo todos os aspectos da vida regional, desde os problemas de natureza política, de natureza diplomática, pela necessidade de manter íntegra a fronteira com os domínios espanhóis, aos referentes à vida econômica do novo distrito, visavam evidentemente pôr em execução os projetos de Pombal, ampliados pelas observações que vinha colhendo nas viagens que realizava pelo interior.

Os Carmelitas, a cujo cargo estavam os aldeamentos indígenas do Solimões e do Rio Negro, como os Jesuítas, que se mantinham no Madeira, e os Mercenários, que operavam no Baixo Amazonas amazonense, já se voltavam para a lavoura das espécies alimentícias ou de procura nos mercados europeus, como o cacau e o algodão. Nos aldeamentos, plantava-se em especial a maniba, utilizada imediatamente nas farinhas, base da alimentação nativa e dos próprios colonos que a ela se afeiçoavam como se fôssem gente da terra molhada.

Mandados abandonar os aldeamentos, uns elevados à categoria de vilas, outros à simples condição de povoados, os funcionários, as autoridades civis e militares que vieram suceder-lhes trouxeram ordens para prosseguir no cometimento agrário, experimentando outros tipos da flora regional ou alienígena.

Pelas instruções de Mendonça Furtado, como pelas determinações de Joaquim de Melo e Póvoas, primeiro Governador do Rio Negro, os diretores dos povoados e as câmaras municipais que funcionassem nas vilas, deviam ocupar-se intensamente da lavoura. O "Regimento do Diretório", espécie de carta magna

para os encarregados da vida dos povoados, estatuia a cultura intensiva dos gêneros de alimentação, fundamentalmente a da maniba e a do cacau, tabaco, algodão e outros gêneros que fôsse possível aclimar convenientemente. Pelo "Diretório", os diretores dos núcleos organizariam o trabalho do gentio, que formava o grosso da população, estabeleceriam as linhas do comércio, promoveriam, de acôrdo com as lições da experiência e os imperativos climatéricos, o desenvolvimento das lavouras, conduzindo os nativos a um caminho de bem-estar que decorresse precìpuamente de suas atividades produtivas no campo da disciplina econômica.

Às edilidades, organizadas na mesma fase, três no Rio Negro, duas no Baixo Amazonas, uma no Madeira, três no Solimões, respectivamente Barcelos, Tomar, Moura, Serpa, Silves, Borba, Ega, São Paulo de Olivença e São José do Javari, cominara-se que legislassem para que nos sítios do município e nos quintais das casas das vilas houvesse plantio de árvores frutíferas e de espécies vegetais como café, algodão, cacau, de segura colocação nos mercados consumidores.

Um vasto plano, evidentemente, em que entrava também a cogitação de aproveitar os campos naturais ou abertos na mata para a criação de gado. Cada vila recebia, por isso, exemplares vacuns, que se obrigava a zelar e fazer aumentar no sentido da criação de rebanhos que os moradores manteriam nas suas fazendolas. Com a economia da alimentação, sem a qual a experiência agrária, que se ia iniciar com tamanha amplitude, mangraria prontamente o aproveitamento das mil variedades florestais da região e dos tipos alienígenas, importados imediatamente pelo poder público.

Os diretores, encarregados da execução do plano governamental, haviam sido recrutados : entre os colonos que falhavam nas suas emprêsas particulares e apelavam para a ajuda do Estado e transformavam-se assim em membros do aparelhamento burocrático da Capitania ; entre os soldados que completavam seu tempo de serviço e eram convidados a continuar a colaborar com a administração mediante favores de vária espécie. As edilidades que, como vimos, tinham participação direta no cum-

primento do plano, eram integradas na sua quase totalidade pelo gentio, elevado à condição de membro conspícuo da sociedade em formação, gentio de condições culturais precaríssimas. Diretores e edis, conseqüentemente, com responsabilidades que não estavam à altura de compreender.

Para suprir tôdas as deficiências, foi criada a Intendência do Comércio, Agricultura e Manufaturas, a cargo de quem exercesse a Ouvidoria da Capitania-Comarca. O Intendente visitaria todo o seu distrito, baixando instruções aos lavradores, coibindo os abusos, indicando normas de trabalho, coordenando as atividades, advertindo os diretores, assistindo os comerciantes e manufaturistas, inventariando a produção, fazendo cumprir a legislação expedida de Lisboa sôbre a economia local, incentivando por mil modos o aumento das rendas, fomentando a prosperidade material da Capitania. Seus poderes ampliavam-se dia a dia na medida da capacidade e do dinamismo do funcionário investido da Intendência, por vêzes chocando-se com os poderes do Governador.

Êste, por uma exceção interessante, inexplicável, não dispunha de regimento particular. Guiava-se, em conseqüência, pelas ordens que lhe vinham da metrópole lusitana ou lhe eram comunicadas pelo Capitão-General do Pará, a quem era subordinado. A carta régia de 6 de junho de 1755, que criara a Capitania, não impusera normas especiais aos Governadores, atribuindo, todavia, ao Capitão-General do Pará, então Mendonça Furtado, capacidade para instruí-lo no interêsse do bem coletivo. O Governador da Capitania, como Intedente e Ouvidor, devia percorrer o distrito de sua jurisdição, atendendo, igualmente, aos problemas de natureza econômica. O ato de 5 de março de 1772, do Capitão-General Ataíde Teive, solucionando dúvidas acêrca dos conflitos de jurisdição das autoridades da Capitania, deixou bem claro o que competia a cada uma delas. Por êsse mesmo ato, porém, ficou evidenciado que tanto os diretores como os Intendentes e os Governadores tinham obrigações para com o fomento da produção, a organização do trabalho e o bem-estar econômico da região. O que, por seus dirigentes, o Estado desejava era justamente, através dessa conjugação de esforços, transformar a Amazônia, de

que o Rio Negro era uma das partes mais extensas, num grande parque de produção agrícola, de realidades econômicas criadas pelo trabalho do homem e não apenas um campo para a aventura da "droga".

Os diretores, com raras exceções, não cumpriram seus deveres, antes transformando-se em negociantes, exploradores do suor do nativo, que só souberam existir para a escravização impiedosa a que o reduziram em benefício de seus interêsses particulares. Os Governadores, também com poucas exceções, esqueceram ou ignoraram os imperativos legais que precisavam executar. Vale, todavia, salientar os dois nomes que escaparam da restrição pelo que realizaram de útil à coletividade no setor da economia local: Joaquim de Melo e Póvoas e Gabriel de Sousa Filgueiras. Dos Intendentes, em número de oito, os três primeiros, Lourenço Pereira da Costa, Antônio José Pestana da Silva e Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, foram funcionários diligentes, principalmente o terceiro, que se revelou, além de um burocrata consciente de seus deveres, um espírito atiladíssimo, que penetrava fundo os assuntos e nas correições que realizou pela Capitania, advertiu, corrigiu, assistiu os colonos, indicando-lhes múltiplas maneiras de caminhar bem para ter suas lavouras, seu comércio, suas manufaturas em prosperidade.

O Estado, intervindo na produção, com a assistência de seus funcionários, com as ordens que expedia regulando essa produção, com o esfôrço que despendia para valorizar o extremo norte do Brasil, realizava uma política de economia orientada. Ante, porém, as faltas graúdas dos que deveriam pô-la em prática, quais teriam sido os seus resultados mais palpáveis ? Aquelas virtudes e possibilidades que os cronistas e os primeiros ocupantes vislumbravam na terra seriam exatas, permitindo a consecução dos objetivos oficiais ?

Durante todo o período colonial, as lavouras mais trabalhadas foram : a da maniba, a do cacau, a do café, a do anil, a do tabaco, a do algodão.

A maniba era uma cultura encontrada pelos colonos. O gentio todo plantava a espécie para o fabrico de farinha. A cultura foi continuada. Sua importância entrava pelos olhos dos mais

desavisados. Por tôda a Capitania lavrava-se intensamente, pois o consumo crescia à medida que aumentava a população pela chegada de novos grupos indígenas amansados ou mesmo de colonos europeus, que em breve se habituavam à alimentação que o meio proporcionava. Além das plantações dos lavradores, faziam-se culturas nos povoados para o abastecimento dos funcionários, inclusive as guarnições. No alto Rio Negro, que só em fins do século XVIII ficou efetivamente incorporado ao domínio manso da Capitania, os comandantes da fronteira tinham a missão de organizar e intensificar a lavoura da maniba. Ao tempo de Mendonça Furtado, quando êle se dirigira ao Rio Negro para encontrar-se com os demarcadores espanhóis, faltara a farinha das missões. Recorrera-se ao Maranhão, de onde se fêz larga importação. A lição, bem aprendida, colonos e índios não a esqueceram. Demais, a maniba servia para o fabrico de bebidas tipo aguardente, além de prestar-se a outras aplicações alimentícias além da farinha, principalmente para a condimentação.

O café foi plantado inicialmente no Rio Negro, pelos Carmelitas. Um ou outro colono experimentou o gênero, a título de novidade. O capitão João Nobre da Silva, tendo sido o primeiro europeu a casar com mulher da terra, viu-se cercado de facilidades para iniciar sua vida de lavrador e proprietário. Entre elas, as sementes de vários tipos vegetais, como do café, que cultivou largamente, dando exemplo imediatamente seguido pelos outros colonos. A instrução do Ouvidor Ribeiro de Sampaio, conseqüente às ordens de 9 de setembro de 1773, do Capitão-General João Pereira Caldas, para o cultivo animado da espécie, frutificou. Em 1785 já havia em tôda a Capitania 220.920 pés de café. Só no distrito de Barcelos, contavam-se 82.050.

O tabaco era cultivado nos municípios de Silves, Serpa e Borba. No vale do Rio Negro e do Solimões pouquíssimo interessava aos colonos, mesmo porque a exportação era proibida a fim de não prejudicar a produção baiana. Embora, em 1775, somavam-se 49.700 pés de tabaco, sendo que Silves contribuia com 22.000 e Serpa com 19.700. Em 1785, os algarismos eram estes: 1.600, dos quais 1.165 para Serpa e Silves.

O algodão, cultura iniciada meio a mêdo depois da sexta década do século XVIII, pelo colono João Nobre da Silva, não interessou aos moradores pela falta de estímulo oficial, pelas dificuldades da cultura, que só podia ser feita na margem meridional do Rio Negro, de terras consideradas mais apropriadas ao gênero. Os colonos cansavam-se na travessia dos rios, que exigia muito tempo e lhes fazia correr risco de vida. Em 1775, por isso, registrava-se apenas como lavoura merecendo censo, a que se fazia em Silves e em Serpa: 660 e 100 pés, respectivamente.

O anil, começado a lavrar em conseqüência da ordem de 9 de setembro de 1773, do Capitão-General João Pereira Caldas, ao Ouvidor Ribeiro de Sampaio, que a comunicou aos colonos, principiando pelo Rio Negro, deu mostras de ser o tipo melhor do País. Nenhuma colônia o produzia com a excelência que o caracterizava no vale rionegrino. Embora, os colonos não lhe deram a importância merecida. As tentativas, orientadas pelo Ouvidor Sampaio, não foram adiamte. Após sua saída, os lavradores, sem mais o estímulo da autoridade, esqueceram o gênero.

O cacau encontrado em grossa quantidade por todos os trechos da Capitania, onde os colonos se foram instalando, produção nativa que os mercados europeus pagavam a bons preços, mereceu a atenção dos lavradores. Fizeram-se culturas larguíssimas. Todos os distritos da Capitania plantaram a espécie. Essa cultura lutava, porém, com o problema das alagações das terras ocupadas pelos lavradores e com as moléstias que atacavam as árvores. Em 1775, o plantio apresentava êste resultado: só para o Rio Negro 201.300 árvores. No Madeira, no Baixo Amazonas, e no Solimões, a produção fundava-se no cacau nativo. Nesse ano de 1775, em conseqüência, somavam-se 12.086 arrôbas para tôda a Capitania, no cômputo entrando a produção agricultada e a nativa.

Nessa fase inicial da experiência agrícola na Capitania, os moradores do Solimões e os de Borba não se mostravam servidos de uma diligência apreciável. Já os de Rio Negro e Baixo Amazonas revelavam-se cheios de interêsse e animados da esperança de grandes êxitos. Assim, moradores houve como Pedro de Faria Melo, estabelecido no igarapé do Cuaru, distrito de Poia-

res, que plantaram 40.000 pés de café e 30.000 de cacau. Culturas de 4.000 a 5.000 pés de café, cacau, maniba, não causavam a menor surprêsa. Eram o comum nos sítios. Principalmente no Baixo Amazonas e no Rio Negro. No Madeira e no Solimões, explica-se a moderação pela falta de povoamento mais denso.

Além dos tipos agricultáveis referidos, plantou-se mais, na Capitania, a cana, o urucu, arroz, milho, feijão, além de espécies européias alimentares, como hortaliças e as várias espécies alimentares nativas. A experiência com os repolhos, cebolas, couves, pepinos, alfaces, tomates, berinjelas, uvas, figos, deu ótimos resultados e, se não conheceu progresso, a explicação deve ser buscada no desinterêsse do grosso da população, de fundo nativo, que não saboreava a alimentação de além-mar.

O esfôrço, a iniciativa do Estado, como acabamos de verificar, apesar de tôdas as falhas dos que deviam ter a seu cargo o fomento à lavoura, falhas que assinalamos atrás, como apesar das dificuldades criadas pelas enchentes, pelos insetos daninhos, pelas moléstias que atacavam as árvores agricultadas, pela exigüidade da população, pela espessura da floresta que precisava ser destruída a fogo, para as "roças", denominação atribuída às propriedades agrícolas de colonos e nativos, não era em vão. E se não se apresentavam as culturas com maiores rendimentos, é que, além das razões expostas, os naturais não se revelavam dispostos a tarefas, os colonos reinóis consideravam-se senhores e, em conseqüência, fugiam de trabalhar como agricultores, preferindo utilizar o braço do gentio; os melhores métodos agrários eram ignorados, o negócio da "droga" continuava tentando todos, as especulações mercantis com a produção manufaturada constituíam um campo de interêsse que desviava energias, capitais e inteligências.

Essa produção manufaturada, por seu lado, constava dos mil objetos e artefatos que os homens e as mulheres da terra trabalhavam. Exprimia-se nas manteigas das banhas e ovos de tartaruga, louça fabricada a mão, rêdes de algodão, maqueiras, cuias, chapéus de palhinha. As manteigas, fabricadas, principalmente, no Solimões, nas praias de Catalão, Cuidajá, Perequitu, Manacapuru-incuí, Camaleão, Camará-purupuru, durante

as vazantes do rio, meses de novembro e dezembro. Uma legislação protecionista, datando do bando de 19 de setembro de 1786, referente às tartarugas do Rio Branco, regulou-lhes a viração, a fim de evitar a destruição da espécie sôbre que incidia, violento, o mercantilismo dos colonos.

Contavam-se mais, entre as manufaturas, a louça das olarias montadas nas vilas, para as necessidades locais; e as de féculas de anil, urucu, caapiranga e carajuru. Essa fécula saía para o Reino, onde a utilizavam na tinturaria. Ancilarmente, havia também um ou outro molinete para o fabrico de aguardente e de mel. Mas a aguardente, pelos prejuízos que produzia nos nativos, foi por fim proibida.

A experiência agrária, que se abriu na Capitania do Rio Negro, retratada nas páginas lúcidas e objetivas de Antônio Vilela do Amaral (1), não falhou. Era um êxito, se não de proporções grandiosas, sempre um êxito assinalável num meio que começava a ser disciplinado para as emprêsas da civilização, de sentido ocidental e pintas nativas, que se procurava estabelecer no ambiente tropical da América Lusitana.

---

(1) Êsse Antônio Vilela do Amaral era um dos moradores do Rio Negro. Experimentado nas coisas agrárias da Capitania, escreveu, a pedido de A. R. Ferreira, um "Pequeno Tratado de Agricultura", que vem divulgado na Revista do I. H. Brasileiro, tomo 51.

A ERA ALMADINA

A fôrça da terra era evidente. O esfôrço dos colonos, por outro lado, indicava vontade de triunfar sôbre os elementos negativos que a todo passo perturbavam a ofensiva para o domínio sôbre a natureza áspera. A experiência colonial, em conseqüência, insistamos, não desanimava. E com a experiência colonial, começava a criar-se a experiência política, a experiência social, que traziam para a Capitania seus primeiros anseios cívicos.

Já por volta da oitava década do século XVIII, com a amplitude das operações comerciais, o panorama tomara côres mais vivas. A iniciativa do Estado continuava a operar-se através das instruções dos Capitães-Generais do Pará, expedidas aos Governadores da Capitania, aos Intendentes do Comércio, Lavoura e Manufaturas e aos próprios diretores de povoados. Percorrendo o vale do Rio Negro, da embocadura a Cucuí, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira encontrara algarismos de certo modo impressionantes, lições de energia admiráveis, ao lado da madraçaria e incapacidade de algumas autoridades e de um ou outro colono ausente da vontade para executar os propósitos fomentistas do Estado, propósitos que, no fim de contas, redundavam no benefício coletivo.

O naturalista combatera a utilização do braço e da inteligência do índio e do colono no negócio da "droga", que lhe parecia uma desgraça na terra, aconselhara culturas, ensinara procesos de trabalho, catalogara quanto pudesse servir para um balanço autêntico da realidade econômica, social e política dos distritos que visitava em missão oficial, identificara espécies vegetais e piscosas de importância econômica, proporcionara oportunidades para que os colonos tomassem uma orientação mais de

acôrdo com os objetivos agrários e mercantis que deveriam ser os grandes objetivos do domínio que se procurava alcançar em tôda a região amozônica. Sua presença constituira como que um incentivo direto aos colonos, de si, grossa maioria, animados para a emprêsa. Completara iniciativa idêntica do Ouvidor e Intendente Ribeiro de Sampaio, que, na correição realizada pelos rios Negro, Solimões e Baixo Amazonas, em 1775, ao mesmo tempo que avaliava as condições da Capitania, aconselhara, advertira, corrigira, fomentara sempre no sentido do bem coletivo, principalmente no que dizia respeito à economia local. Pusera em execução, por fim, os propósitos do General João Pereira Caldas, o qual, nomeado para chefiar a comissão portuguêsa para a demarcação dos limites com as possessões espanholas no extremo norte, instalara-se em Barcelos, de onde iniciara uma política de animação à lavoura e ao aproveitamento das manufaturas locais, verdadeiramente apreciável.

Alexandre Rodrigues Ferreira, Ouvidor Ribeiro de Sampaio, General Pereira Caldas, conseqüentemente, à oitava década do século XVIII, tinham constituído uma trindade benemérita a que a Capitania estava devendo sua prosperidade. Prosperidade que, não será de mais voltar a registrar, era igualmente uma resultante da boa vontade dos colonos, espalhados às beiradas dos rios, nos sítios, que abriam e aumentavam dia a dia, conquanto não permitissem ainda o desafôgo financeiro ou sensível bem-estar material dêsses mesmos colonos. O nível de vida subia sem vertiginosidade. A ocupação humana mais forte era no vale do Rio Negro, exclusão da zona do Rio Branco, que começava a ser aberta às entradas para a "apanha" de tartarugas. No Solimões, no Baixo Amazonas, no Madeira até Borba, já mostrava menor, muito menor densidade. Barcelos, capital da Capitania, com seus 230 habitantes brancos, 756 indígenas, 167 escravos e 90 fogos, seus funcionários públicos, suas casas de negócio, seus armazéns reais, seu pôrto movimentado pelo vaivém das canoas e outros tipos de embarcações que ligavam a sede governamental com os demais distritos políticos, com o Pará e Mato Grosso, não possuía comércio de vulto, significação econômica impressionante. Seus moradores não se moviam com larguezas. Na freguesia, as maio-

res posses estavam nas mãos da casa dos Évoras, cujo chefe José Antônio Freire Évora, contratador dos dízimos, contratador das aguardentes, contratador das carnes, encarregado dos armazéns reais, fornecedor das expedições oficiais ou não, banqueiro e procurador de governadores, ouvidores e outros funcionários públicos, banqueiro, procurador e fornecedor dos espanhóis vindos para os trabalhos de demarcação, possuía propriedades agrárias, casas de negócios, casas de aluguel na vila, frotilha de embarcações para o tráfico nas águas da Capitania, escravaria, o que lhe dava ares de verdadeiro potentado capitalista. Exceção gritante, portanto, que os gráficos, arrolados àquela altura, bem podiam explicar.

Porque êsses gráficos davam a Barcelos apenas uma produção de 370 arrôbas de café, 30 de cacau e 6 de algodão, 11 de tabaco, 1.479 alqueires de farinha, 203 de arroz, 28 de milho e 67 canadas de mel.

Moura apresentava êstes algarismos : 814 moradores, 190 alqueires de farinha, 40 de arroz, 30 de feijão, 198 arrôbas de café, 134 de cacau, 40 mãos de milho. Tomar possuía 591 habitantes, produzindo 1.811 alqueires de farinha, 40 de café, 31 de anil, 14 arrôbas de cacau, 14 de salsa e 89 arrôbas de puxeri. As freguesias da Barra — hoje Manaus — Moreira, Poiares, lugar de Lamalonga, bem como os povoados da zona das cachoeiras até a fronteira com os territórios espanhóis do norte, incluíam 4.476 moradores, que produziam 3.944 alqueires de farinha, 166 de milho, 60 de arroz, 242 arrôbas de café, 117 de cacau 23 de algodão, 165 de tabaco, 30 canadas de mel e 60 de aguardente

No Solimões sentia-se uma nervosa atividade. É que as partidas portuguêsa e espanhola de limites tinham instalado escritórios, armazéns, quartéis em Ega, hoje Tefé, tirando a Barcelos um pouco da seiva da capital. Por todo o rio subiam e desciam embarcações, que ora rumavam para Barcelos, ora para Belém, ora ainda para os territórios de Mainas, territórios espanhóis confinantes e de onde haviam descido os funcionários espanhóis. A vitalidade do Solimões aumentava dia a dia. Desde 1780. Plantavam-se por tôdas as beiradas do rio. Circulavam o cruzado português e o pêso espanhol. Só entre 1781 e 1786 tinham

dado entrada nos cofres reais da Capitania, recebidos dos funcionários espanhóis, que tudo pagavam em moeda de sua pátria, mais de cem mil pesos. Êsse ano de 1786, por exemplo, ficara assinalado com a soma de 18.000. Pelos anos adiante continuaria êsse movimento de moeda espanhola, que a documentação que compulsamos no arquivo paraense nos permite algarismar, entre 1781 e 1790, em 206.000 pesos!

As operações comerciais entre Ega, Tabatinga e Belém, realizadas diretamente, impulsionavam o distrito. Os espanhóis adquiriam tudo na praça paraense, por intermédio de contratadores. Integrada a comissão espanhola por homens habituados a certo confôrto, o que mandavam vir da Europa, servindo-se do comércio de Belém, envolvia, além dos gêneros de alimentação, tudo de quanto sentiam necessidade para manter, em pleno trópico, em meio à natureza selvagem, aquêles hábitos afidalgados.

De outro lado, pacificados os índios Muras, que durante quatro décadas haviam perturbado e, às vêzes, pôsto em perigo a dominação portuguêsa ao longo do Solimões, com êles se criavam novos povoados, inclusive o que viria a ser a cidade de Manacapuru, criavam pesqueiros para utilização aos funcionários do Estado, em serviço na comissão demarcadora.

Os espanhóis, num ousio espantoso, atribuindo-se o senhorio da região, que pleiteavam incorporar aos seus domínios, iniciavam plantações de manibas, algodão, fabricavam farinhas, pescavam no lago de Cupacá, de onde haviam desalojado os portuguêses.

No Madeira, não se registrava senão a subida e descida das expedições que se dirigiam para Mato Grosso ou de lá vinham, levando sal, fazendas, escravos, e trazendo o ouro que os homens de Cuiabá e de outros pontos extraíam do subsolo ou catavam nas águas dos rios. Borba, último ponto ocupado, pôsto militar, pôsto fiscal, onde as expedições pagavam dízimos e davam a registro a respectiva carga, não se desenvolvia como Barcelos ou Tefé. A seiva da Capitania não lhe chegava com a sofreguidão por que circulava naquelas vilas. Seus habitantes, de seu lado, nada realizavam de notável no campo agrícola, ocupando-se mais em guiar

as expedições para a passagem das corredeiras do Alto Madeira, profissão em que se haviam tornado peritos e louvados.

Justamente em meio a tôda essa jornada de trabalho, que emprestava ao Amazonas colonial uma fisionoma de terra aberta a possibilidades e perspectivas animadoras, chegou à Capitania um dos homens a que ela viria dever seus maiores e ainda hoje apreciados panoramas de progresso: o Brigadeiro Manuel da Gama Lôbo d'Almada.

Oficial da marinha portuguêsa, com exercício durante longo período na praça de Mazagão, na África, quando o Govêrno Lisboeta deliberara abandonar aquela posição, transferindo para a Amazônia os contingentes populacionais cristãos que ali viviam, antecedeu-os, tendo a comissão de comandante da praça de Macapá e governador do respectivo distrito. Passara depois a govêrno da colônia de Nova Mazagão e, a seguir, regressara a Macapá. Em tôdas essas comissões, revelara-se uma visão equilibrada, um espírito voltado às melhores iniciativas, uma ação permanente na direção do progresso. Homem de estado como poucos que tinham chegado à Amazônia colonial.

Chamado, posteriormente, à Capitania, ano de 1775, por ordem de S. Majestade D. Maria I, que confiava em seus merecimentos pela constante fôlha de bons serviços que lhe granjeavam nomeada extra-colonial, fôra integrar a "partida" encarregada de demarcar as fronteiras no alto Rio Negro e Rio Branco. Estudara os dois vales com carinho particular. Identificara-se com o meio, que lhe parecera apropriado para grandes emprêsas coloniais.

Em 1779, nomeado Governador da Capitania, meteu então ombros ao cometimento sensacional de criar, no extremo norte, em plena floresta tropical, a maior demonstração da capacidade de sua gente, organizando, disciplinando e aumentando a produção, impulsionando novas emprêsas econômicas. Bom geógrafo, ótimo conhecedor do espaço que ia administrar, a tarefa não lhe parecia pesada nem de resultados precários ou duvidosos. E com a energia precisa, repetiu seus serviços memoráveis no Macapá e em Nova Mazagão, como vamos ver na minuciosidade que estas páginas pretendem deixar registrada.

Já quando governador do alto Rio Negro, distrito fronteiriço que era preciso manter bem defendido ante a cobiça imperialista dos espanhóis confinantes, instruído sôbre a necessidade de manter o domínio pela organização agrícola das populações entregues à sua direção, populações na sua quase totalidade gentias, ordenou o plantio intenso de manibas. Depois, ano de 1784-1785, do anil, que de Lisboa se pedia à Amazônia. Nesse particular, baixou instruções especiais, fazendo montar pares de cochos para o aproveitamento industrial do novo gênero, em tôdas as povoações submetidas ao seu govêrno.

Entrando a gerir a Capitania, quando recebeu os apelos de Pereira Caldas e de Martinho de Sousa e Albuquerque, aquêle indicando-lhe circunstâncias, sugestões, comunicando-lhe a experiência de seus trinta anos de hinterlândia, seu plano de ação consubstanciava-se em fazê-la "hum paiz de prosperidade e riqueza como he capaz", pois era "summamente rica", tanto mais quanto, a seu ver, encerrava "em si mesma os principais meios para ser hum estabelecimento opulentissimo".

Solicitou, então, ao Capitão-General do Pará, machados e foices para os colonos e para o gentio, assim como mudas para replantio. Dirigindo-se aos diretores de povoados, exigiu-lhes atividade e produção visível, principalmente no tocante às farinhas, fundamento da alimentação regional. Fêz iniciar a cultura do arroz, no vale do Rio Branco. Intensificou, no Rio Negro, a do anil e, tanto nesse rio como no Solimões, a do algodão. Não esquecendo a produção nativa, ordenou a identificação de novas espécies solicitadas do Reino, como o puxeri, a árvore da casca preciosa, e o óleo de umiri. A piaçaba já estava sendo aproveitada na Capitania e na Europa. Providenciou para que ao invés de fazer-se ùnicamente a colheita do gênero, fôsse a palmeira cultivada, o que garantiria a produção sem a necessidade de grandes excursões pelas matas na colheita da espécie. O cânhamo, experimentado em vários pontos do Brasil, bem podia ser plantado também no Amazonas. Mais uma iniciativa, não a desprezou, fazendo as primeiras culturas do novo tipo florestal, com ótimos resultados que seus sucessores não souberam aproveitar.

As rendas da Capitania, apesar de todo êsse viver intenso, não eram elevadas. E as despesas com a aparelhamento burocrático elevavam-se a altas somas que a Provedoria da Fazenda não podia satisfazer. Os encargos do Estado, com os mil serviços de policiamento das fronteiras, o aprêsto das expedições de demarcações, encargos que se avolumavam continuadamente, exigiam que providências mais severas fôssem sendo observadas. Lôbo d'Almada, depois de convir que os meios suasórios não resolveriam a situação, mormente em face da exigüidade do contingente populacional, expediu partidas de soldados e funcionários para os sítios onde se escondiam as tribos que recusavam cooperar com os colonos, a fim de trazê-las aos núcleos mantidos pelo Estado. A política, evidentemente, contrariava o espírito da legislação liberal que se decretava em favor dos bandos nativos selvagens. Embora, realizada mesmo sem suavidade, em breve produziu ótimos resultados.

Os descimentos se operaram sem mais delongas. Os Mundurucus, entrando em contato com o Estado, permitiram certo desafôgo. Outros grupos indígenas foram chamados ao trabalho. Como que se operava uma mobilização de energias às vésperas de acontecimentos que exigiam a presença, o esfôrço de tôda uma coletividade. Os resultados, como já dissemos, foram ótimos. Os gráficos a seguir indicam, em seis anos, o aumento da população, aumento que decorria dos descimentos indígenas:

Em 1790 — 12.964 habitantes;
Em 1793 — 13.728 habitantes;
Em 1796 — 14.232 habitantes.

Obtido, assim, o braço, traçados os planos de trabalho, Almada entrou a executar seus projetos de reforma da máquina econômica, reforma que importava na criação de um parque industrial que bastasse à Capitania e lhe permitisse caminhar mais segura de seu futuro, apta a integrar sua gente nos quadros progressistas que animavam o País, àquela altura do século XVIII. Com o parque industrial, rapidez de movimentos, pois sem rapidez de movimentos tôda e qualquer iniciativa, julgava Almada, perdia seu rendimento maior.

Com o algodão que fêz plantar, montou a confecção de panos para a fardamenta da soldadesca e da gentilidade, fazendo funcionar "dezoito teares e dez rodas de fiar com vinte e quatro fusos cada uma". Isso de início. Porque, em 1798, trabalhavam como fiandeiras cento e cinqüenta e sete índias, o que indicava aumento de teares.

As madeiras eram abundantes. Aproveitou-as em serrarias braçais. Podiam ser empregadas também, como se fazia no Pará, no fabrico de embarcações próprias para o equipamento do comércio local. Montou uma pequena ribeira, no lugar da Barra, onde se concentravam e preparavam cobertas e outros tipos de canoas.

"De ano a ano, escreveu Baena, surgiam estabelecimentos novos e profícuos. Ali se padejou pão de arroz moído em atafona movida por bêstas. Fêz-se uma fábrica de calabres e cordas de piaçaba para canoas. Construiu-se uma nora para misturar água à excelente fábrica de fécula do anil e a uma horta, cujas plantas regadas ao teor da Europa recebiam fàcilmente da água o efeito da sua benéfica influência na fertilização do solo disposto em alforbes. Estabeleceu-se uma olaria cujo arranjamento de amassaria, estendedouros e fornos calcinatórios e de torrefação da telha e ladrilho, era por extremo bem concebido. Criou-se uma oficina de velas de cêra para provimento das Igrejas das Vilas, Julgados e Povoações: cuja cêra vinha em pau do Solimões. Estabeleceu-se um açougue regular em que se talhava e vendia carne de vaca vinda do Rio Branco. Estabeleceram-se dois pesqueiros no Rio Branco, um na margem esquerda, vinte e duas léguas acima de sua embocadura, e outro na margem direita defronte do Rio Uanauã".

Um colono, de nome Nicolau Pereira Marinho, propondo-se montar o fabrico do sabão, procurou o Governador, comunicando-lhe o que projetava. Imediatamente Almada concedeu-lhe a ajuda financeira bastante, por intermédio da Provedoria da Capitania.

Por ocasião de suas explorações geográficas no vale do Rio Branco, Almada verificara a extensão de campos naturais que podiam ser aproveitados na fundação de fazendas de gado, tão

escasso ainda na Capitania. Pereira Caldas já se dispusera à emprêsa, tomando as providências preliminares, inclusive fazendo reservar vacas, novilhos e touros em Alenquer, onde a criação tomava um incremento especial. Escrevendo a Almada as suas impressões objetivas das coisas regionais, lembrara-lhe a utilização das pastagens como uma benemerência infinita.

Apressando-se na execução de mais essa providência de natureza econômica, que completava o aparelhamento que idealizara, Almada, em maio de 1787, mandou o alferes Nicolau de Sá Sarmento adquirir novilhos, touros e "vacas de produção" em Moura e Carvoeiro, para as primeiras fazendas. Das povoações do Solimões e do Rio Negro vieram as cabeças disponíveis. Todo o gado que pertencia ao patrimônio das igrejas da Capitania também foi reunido e colocado nas campinas do Rio Branco. De Alenquer, por ordem do Capitão-General Sousa e Albuquerque, também vieram outros exemplares. Até então gado vacum. Porque o gado cavalar foi solicitado aos sítios do interior e às possessões espanholas do alto Rio Negro, Içá e Maranhão.

Seguindo o exemplo de Almada, o alferes Sá Sarmento, o sargento Bernardes Borralho, o argentário José Antônio Freire Évora e o colono Bento José do Rêgo trataram de criar as suas estâncias. Bento José do Rêgo de tal maneira prosperando que em 1797 já vendia ao Estado a sua por 492$8, com 186 cabeças. A êsse tempo, cotava-se um boi a 3$0 e um cavalo manso a 5$0.

Nas proximidades de Lugar da Barra havia terras que o Governador entendeu apropriadas para a criação, ou talvez para descanso do gado que descesse das campinas riobranquenses. Chamavam-se Acajutuba. Foram aproveitadas com uma outra estância que depois se veio a abandonar.

A sede do govêrno da Capitania, como sabemos, era Barcelos. A escolha do núcleo fôra uma conseqüência de, pelo Rio Negro, descerem os demarcadores espanhóis que vinham executar o tratado de 1755. Passando agora a preferência dos trabalhos de demarcação para o Solimões, Barcelos deixava de ter a importância estratégica de outrora. Almada, informado do que já andava no ar a propósito de transferir a capital para outro sítio, que permitisse uma ação mais rápida das autoridades, mais

preocupadas com a situação do Solimões, não duvidou em passá-la de Barcelos para Lugar da Barra, onde erigiu os edifícios mais urgentes para o funcionamento das repartições oficiais. A medida era, de todo ponto, bem orientada. Não foi aprovada pelos superiores do Governador. Nem por isso desprestigiou o acêrto dela, que revelava o sentido prático, a visada penetrante de Almada, inegàvelmente um estadista perfeitamente integrado com os problemas que diziam respeito ao bem-estar e progresso de sua Capitania.

A PRIMEIRA CRISE

O Amazonas atingira, com a administração de Lôbo d'Almada, o ponto mais alto de sua prosperidade econômica. A inveja que corvejava à volta do grande governante, tomando corpo com a intriga que o Capitão-General do Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho, ouviu e aceitou, às últimas horas de 1794, produzia, porém, os seus efeitos, criando para o estadista modêlo um clima pesado junto aos dignitários lisboetas, que o imaginavam na prática de uma política de violências, de extorsões, de incursões desonestas pelos cofres públicos. A realidade admirável da vida amazonense, com as lavouras em aumento, as fábricas funcionando, os campos do Rio Branco movimentados pelos primeiros rebanhos, essa era ignorada no Conselho Ultramarino. As conseqüências dessa ignorância, a Capitania ia tê-las com a decadência que a perseguiu de então em diante, até meados do século XIX, como vamos verificar nas páginas dêste capítulo.

Já, como escrevemos acima, aos últimos instantes de 1794, começava a sentir-se o efeito da campanha de que era vítima o Governador, com a série de medidas tomadas por D. Francisco, tendentes a ferir seu possível substituto na gerência das coisas paraenses. Entre outras, o regresso da capital para Barcelos, o que dificultava a ação fiscalizadora que Lugar da Barra permitia ou garantia, a nomeação de um funcionário de sua confiança para controlar os negócios fazendários, funcionário que fazia as vêzes de espia, por fim a proibição para que a Fazenda pública operasse como contratadora. Essa proibição significava a paralisação do parque manufatureiro, até então todo orientado dentro das possibilidades e para maior desafôgo da própria fazenda pública.

Morto Almada, seu substituto foi justamente o funcionário que viera controlar a fazenda da Capitania, coronel José Antônio Salgado. As manufaturas foram fechadas. O regime de desinterêsse pela prosperidade das lavouras começou. Apesar de ordens terminantes expedidas de Lisboa, que mandara incentivar a cultura da terra, Salgado, todo preocupações em botar abaixo quanto assinalasse a passagem de Almada, atirou-se à vertigem da destruição, indiferente aos comentários dos colonos, aos protestos gerais, de olhos fechados ao mal que praticava.

A Capitania já possuía uma consciência de sua personalidade. Almada mesmo, dirigindo-se a D. Maria, sugerira a autonomia do Rio Negro, que se bastava a si próprio e dispunha de recursos morais e materiais para libertar-se da interferência das autoridades que sediavam em Belém. Seguros dessa personalidade, seus habitantes não podiam assistir, de braços cruzados, à má política de Salgado. E dirigindo-se ao Capitão-General do Pará, a que êle continuava subordinado, reclamaram contra os abusos que cometia, protestaram contra a destruição do bem-estar coletivo. Não mereceram atenção. Salgado continuou na ofensiva daninha.

Com a ascensão do Conde dos Arcos, que assumiu, em 1804, a Capitania-General do Pará, os reclamos populares foram ouvidos. Salgado, procurando escapar às advertências do Conde, que o mandou modelar-se pela orientação de Almada, tratou de fazer abrir roças de algodão, anil, mandioca, restaurar as manufaturas, numa pressurosidade que o levou, para defender-se, a atribuir a Sousa Coutinho, antecessor do Conde, a responsabilidade do descalabro reinante na Capitania. Embora, não escapou ao cutelo nem ao processo pelos desconcertos que praticou. Seu substituto, em 1806, José Joaquim Vitório da Costa, recebido por entre as esperanças da Capitania, nada produziu, todavia, que merecesse um registro particular. Como o governante posterior, Manuel Joaquim do Paço, que encerrou o ciclo colonial, sendo deposto em 1821, pelas fôrças e pelo povo de Lugar da Barra.

A Capitania, em conseqüência dêsse descalabro administrativo, não conheceu mais o bem-estar anterior. Os próprios governantes confessaram o mal-estar reinante. Vejamos, por exemplo, o que escreveu Vitório da Costa, em 1 de setembro de 1806,

pouco depois de seu empossamento: o abandono do pesqueiro do Solimões criara a fome, em parte conjurada pelas carnes do gado do Rio Branco, o que fazia diminuir as possibilidades da existência de rebanhos em crescimento; as manufaturas só com grande dispêndio de energia poderiam ser postas a funcionar; não havia manteigas de tartarugas, nem mesmo tartarugas para o consumo; o fabrico de farinhas estava de tal modo diminuído, que nem mais se dispunha de produção para o consumo interno da Capitania.

Descrevendo a situação em 1 de novembro de 1818, Joaquim do Paço dizia: "Enquanto ao estado das fábricas achei-as tôdas paradas, à exceção da fábrica de panos de algodão, que trabalhava e ainda trabalha com muito pouca atividade por falta de braços, e por não ter podido caber no curto espaço de tempo que tenho a honra de governar esta Capitania, fazer vir das povoações remotas índias, e índios quantos bastem para o trato de ditas fábricas; já pude conseguir assim mesmo pôr em movimento a olaria, resta-me a fábrica das amarras; porém segundo as ordens que tenho dirigido a tôdas as vilas e lugares desta Capitania, espero que tôdas as fábricas fiquem no seu verdadeiro pé do natal por diante para então ver se posso com êste trabalho pagar as imensas dívidas dos índios que pela maior parte tem desertado para essa cidade por falta de pagamentos. Enquanto à Provedoria, com bem pesar do meu coração digo a V. Excia. não lhe achei um vintém e quase que nem em que o faça, tanto que todos os empregados desta estamos sem sermos pagos" .

No tocante às rendas públicas, o descalabro tocava as raias do inacreditável: "espantosa relaxação". A noção da responsabilidade parecia ter desaparecido. Ouvidores e Governadores rixavam a propósito de tudo, acusando-se na linguagem mais imprópria. Paço, que estudou as condições da Capitania, sugerindo um plano para salvá-la da ruína, esqueceu as obrigações, imergindo no desconcêrto administrativo e mesmo na desonestidade, apurada num ruidoso inquérito mandado proceder na Capitania. Criando impostos, violentando as populações, utilizando a produção e as rendas locais na satisfação de seus interêsses, como

que completava o ciclo de agravos que o Rio Negro sofria após o desaparecimento de Almada.

Pelo que verificou o major José de Brito Inglês, encarregado de balancear, ao longo do Amazonas, a situação dos estabelecimentos mantidos pelo Estado nas duas Capitanias que compunham a Amazônia, no Rio Negro contavam-se os seguintes: uma roça de farinhas em Serpa, hoje, Itaquatiara; outra em Parintins, uma terceira em Tefé; um pesqueiro em Manacapuru e outro no Anori; três fazendas de gado no Rio Branco; uma roça no Caldeirão; uma fábrica de fiar e tecer panos de algodão, no Lugar da Barra; no mesmo Lugar, mais as manufaturas de cordoalha e a olaria.

Todos êsses estabelecimentos apresentavam índices de decadência cada dia mais vertiginosa. Na olaria, a produção nos áureos tempos fôra a 800 tijolos, 150 telhas e 300 potes de manteiga, valendo cada milheiro de telha e de tijolo 12$0 e o pote de manteiga $2. Por ocasião da inspeção, trabalhavam apenas quatro índios, que venciam $040, e produziam ùnicamente o necessário para as propriedades que o Governador possuía. Na fábrica de tecidos, que chegara a tecer entre 15 a 20 rolos de pano por mês, vendidos a 25$0 cada rôlo, a produção baixara para menos de 5, ao preço de 40$0, que o Governador malbaratava.

Os dízimos cobrados num aumento intempestivo, decretados para que Paço pudesse manter em prosperidade os seus negócios particulares, não beneficiavam de qualquer maneira os cofres reais, mas criavam o estado de alarma em que vivia a população. A propósito, escrevia o major: "tem produzido penúria, tem afugentado a população, tem enchido de desgôsto os habitantes, tem aumentado os atravessadores, franqueado as portas aos extravios, crescido o monopólio e tem diminuído neste Lugar, e na cidade os dízimos Reais; e o que mais é, tem feito a desgraça da Capitania, amedrontando, horrorizando, ou afugentando os gentios indígenas, os senhores dêste mundo de lagos tão férteis, os mestres do País, os possuidores e entendidos das drogas do mato, sem as quais não pode haver comércio nestes Países, nem riqueza em ambas as Capitanias, por serem êles quem colhe a salsa, o cravo, etc. e enfim por fazerem êles a população dêstes sertões imensos em que há muitas nações que podem fa-

cilitar os braços sem os quais não haverá prosperidade, a fim de se lhe infundir um caráter, que faça para o futuro o que pode fazer já a fôrça do Estado nesta parte respeitável e tão produtiva do Brasil". A desordem campeava abertamente, incidindo particularmente sôbre a vida econômica. Os lavradores não produziam mais com a fartura doutros tempos, os comerciantes fugiam amendrotados ante a violência dos impostos, todos os negócios sofriam.

Depondo no inquérito, o Ouvidor Feliciano de Albuquerque Bittencourt carregou nas tintas, pintando as condições existenciais da Capitania, a côres negras. Em memorial ao Capitão-General do Pará, os colonos, por seu lado, suplicaram providências, descrevendo a situação como de verdadeira angústia; pois que a "insaciável ambição do Governador atual, opondo-se aos interêsses particulares, atendendo sòmente aos seus e os de sua facção, tem destruído inteiramente o comércio, a lavoura, e em suma tôda a Capitania".

Por essa época, percorriam o Rio Negro os naturalistas bávaros Spix e Martius, que levantavam um inventário dos múltiplos aspectos da região, inclusive os de natureza social e econômica. Reunindo gráficos, examinando o poder de produção e aquisição dos habitantes, estudando-lhes a psicologia, balanceando, enfim, com o mais absoluto rigor, os quadros da realidade local, chegavam a conclusões idênticas, isto é, a Capitania descia vertiginosamente, exigindo uma energia construtora que a contivesse no desmoronar e lhe desse nova orientação. Em circulação, por exemplo, havia apenas 30.000 escudos fortes. "Por êsse motivo o Govêrno vê-se obrigado a cobrar a renda da província por meio de dízimo dos produtos naturais. Dificilmente essa renda sobe a mais de 12:000$0 em tôda a província, embora aqui se pague pela farinha de mandioca não 5 % como em outras províncias, mas 10 %. Considerável parte da décima é constituída pela tributação da manteiga de tartaruga. Deve esta montar a cêrca de 1.000 potes, os quais em Belém do Pará rendem 3:000$0. Também se estende a décima até sôbre galinhas, porcos, etc., e compete aos arrendatários gerais. Os funcionários do Estado recebem, em vez dos emolumentos, uma parte dessa décima".

Por tôda a parte, porém, é preciso assinalar, os colonos procuravam resistir, tentando manter alguma coisa do passado econômico. O nome de Almada era recordado a todo instante. Aqui e ali, sitiantes possuíam plantações de cacau e café. No Solimões, os dois naturalistas encontram roças com mais de 20.000 pés de café. O cacau mantinha uma cotação regular: 1$0 por arrôba. Ainda no Solimões, faziam-se pescarias que constituíam o grosso do comércio. O negócio das tartarugas e das manteigas das mesmas era o mais rendoso: "O número de potes de manteiga, anualmente preparados nas ilhas do Solimões, monta a mais de 8.000..."..." entre Barra do rio Negro e Coari, estão as praias de Guajaratuva, que remete 500 potes; das Onças, 3.000; de Jurupari, 1.200; Uanapiti, em Caiçara, 360; Araçari e Jurimanduba, perto de Fonte Boa, 1.100; Maraua, na foz do Içá, 700; Capiai e Caldeirão, perto de São Paulo, 250; Guarariá, perto de Tabatinga, 50". O esfôrço particular era evidente. Nem por isso, todavia, a economia regional se alterava para melhor.

A exportação para a vizinha província do Pará representava-se na produção seguinte: tabaco, salsaparrilha, café, cravo fino, cacau, peixe, manteiga de tartaruga, mixira, copaíba, piaçaba, anil, quina, breu, estôpa da terra, carajuru, castanha, algodão em caroço, rêdes de palha. No ano de 1819, essa exportação somara 170:959$2. O tabaco entrara com a maior cota, isto é, 40:360$0, vindo logo a seguir, com 31:608$0, a salsaparrilha. As manteigas de tarturuga ocupavam o terceiro lugar, num total de 8.034 potes, no valor de 25:737$6. O café reduzia-se a 5.936 arrôbas e o cacau a 1.800. O anil caíra para 10 arrôbas.

Encerrava-se, então, o ciclo colonial. As esperanças de que a autonomia política, de par com a independência da nação, reconstituíssem a grandeza de outrora, andavam em todos os corações. A desilusão, contudo, chegou cedo. Porque, em vez da autonomia política, a Capitania passou a ser incluída na área territorial da Província do Pará, reduzida à condição de Comarca. Quanto à economia, em nada se alterou, ou antes alterou-se para situação mais aflitiva ainda. É que os incidentes políticos, tomando a atenção de todos, perturbando a tranqüilidade coletiva, rompendo os laços de solidariedade existentes, destruindo o que

restava da antiga prosperidade, desceram com tal violência sôbre a antiga capitania que, durante vinte anos, viveu ela os maiores vexames, estiolando-se, caminhando apressadamente para o desaparecimento, como os testemunhos que vamos registrar serão suficientes para esclarecer o que representou, na vida social e econômica do Amazonas, essa fase angustiosa.

Assim, em dezembro de 1824, o Ouvidor Domingos Nunes Ferreira, dirigindo-se ao presidente paraense José de Araújo Roso, riscava um panorama das dificuldades que afligiam o Rio Negro. Segundo a sua palavra, todos os edifícios públicos estavam em ruína; a olaria, quase parada, havendo ocasiões de durante três meses não se verificar uma só fornada; a fábrica das amarras também não funcionava; a de panos de algodão não tinha matéria-prima para movimentar-se; a ribeira não dispunha de madeiras para a confecção ou consêrto de embarcações; o algodoal de Tefé e o cafèzal do Caldeirão estavam em decadência. Os negócios da Fazenda pública, em conseqüência, eram uma lastimável realidade. O Ouvidor, por isso mesmo, referindo-se à administração da Fazenda Imperial, escrevia: "estado de ruína e miséria... completa desordem a que eu não tenho podido nem posso ainda de presente obstar"...

Em fevereiro dêsse mesmo ano de 1824, o coronel de milícias Francisco Ricardo Zani, que conhecia os problemas do Amazonas pela identificação que com êles tinha, através das comissões que executara e pela inteligência objetiva que possuía das coisas locais e estranhas, dirigira-se a S. Majestade sugerindo uma série de medidas que trariam a restauração do Rio Negro. Propunha o militar ilustre um plano que envolvia, inicialmente, o aproveitamento racional do braço indígena e o fomento à lavoura das espécies nativas já agricultadas com resultado. As garantias a essa emprêsa seriam fiscalizadas por funcionários de reconhecida idoneidade e servidos de espírito de colaboração e sacrifício. O sentido da iniciativa era o melhor possível e descansava em parte no programa econômico de Mendonça Furtado, inclusive no fornecimento de ferramentas aos lavradores.

Tanto as considerações do Ouvidor, repetidas pelos anos a fora, como as sugestões do coronel Zani, não impressionaram ou

melhor não foram tomadas em consideração para providências imediatas. Os acontecimentos políticos que dividiam a família amazônica, em conseqüência do primarismo das paixões partidárias, impediam que as autoridades voltassem suas vistas para o Rio Negro.

Foi quando Joaquim Anvers da Costa Côrte Real, velho morador da Província, indicou ao presidente paraense José Félix Pereira de Burgos, outro plano visando o soerguimento dela, com a restauração das manufaturas e a exploração intensiva do negócio dos peixes e manteigas. Além das pescarias no Solimões, devia ser iniciado idêntico cometimento no Purus, com a abertura de feitorias nas margens daquele rio, até então fechado às operações mercantis.

Anvers, todavia, não dispunha das simpatias dos dirigentes do Rio Negro, o que deu em resultado não se levar adiante, com a vontade de obter êxito, o plano do colono, antes submetendo-o a uma crítica que visava mais ferir o autor que pròpriamente recusar, como inepta, a sugestão renovadora.

Por essa mesma época, o Presidente Burgos, dirigindo-se ao Ministro do Império, propunha um quadro da situação do Rio Negro. Falava claro. Sem exageros. Insistindo na decretação de medidas que trouxessem à região bem-estar aos seus habitantes e significassem uma política de incorporação daqueles territórios à comunhão imperial pela sua valorização e pelo aproveitamento racional de suas riquezas. Demais, lembrava, a Província fronteirava com várias repúblicas de origem espanhola, o que seria, de si, suficiente para explicar e exigir as providências do Govêrno imperial.

Pouco depois, vinha juntar-se ao côro que insistia na revelação das angústias que padecia o Rio Negro e na proposição de sugestões para a cura dos males, o novo Ouvidor da Comarca, Dr. Manuel Bernadino de Sousa e Figueiredo, que até 1832 bateu a mesma tecla, descrevendo o distrito de sua jurisdição como em condições as mais calamitosas que se podia imaginar. Suas palavras eram enérgicas. Seus descritivos, de uma exatidão cristalina. Por um quadro que organizou, por exemplo, temos a demonstração do que valiam as rendas das municipalidades, das

oito municipalidades amazonenses no triênio 1825-1827. Essas rendas tiravam-se dos contratos de aguardente e de propinas e condenações. Serpa obtivera a receita de 327$732; Silves, 99$0; Borba, 15$255; Tefé, 34$577; São Paulo de Olivença, 22$222; Moura, 40$0; Barcelos, 22$222; Tomar, 28$470. A receita de Serpa, ano a ano, baixava. O Ouvidor temia, então, que a continuar assim, chegaria o momento em que as edilidades não teriam mais receitas a arrecadar.

Em 1829, voltando à carga, Manuel Bernardino dizia, recordando os tempo áureos de Lôbo d'Almada, que o Estado devia abandonar o sistema da produção oficial, entregando aos particulares a emprêsa de desenvolver a economia. Ao invés de Estado produtor, o Estado liberal, como aliás era do sistema político vigente para os demais trechos do Império, permitindo a produção e amparando o produtor. Os colonos, garantidos, tomariam a seu cargo desenvolver por si mesmos as lavouras e movimentar as manufaturas.

Ainda êsse ano, pintando o estado da Comarca, escrevia:

> "O estado deplorável desta Comarca é digno da atenção de V. Excia e do Conselho Geral da Província. As Vilas e lugares estão quase despovoados não só pelas sezões que há anos têm assolado tudo, especialmente as Povoações do Rio Negro, como pela contínua deserção dos índios para o baixo Amazonas; que mais estimam abandonar seus pequenos estabelecimentos e seus parentes do que sujeitarem-se aos serviços públicos, que por serem muitos e os trabalhadores poucos os não deixam respirar; especialmente depois da criação dos Corpos de Ligeiros, se tem tornado mais pesado o serviço aos pobres habitantes; porque antes disso tôdas as diligências que faziam com índios das Canoas grandes e os habitantes só eram empregados na Ribeira, Administrações, etc., excluídos porém aquêles de todo o serviço público, tudo recaiu sôbre êstes com dano considerável da lavoura.
>
> As casas das povoações, sôbre serem poucas, e cobertas de palhas, nunca viram cal, muitas sem portas e grande parte arruinadas dão a maior prova da pobreza dos habitantes. A sua ignorância ainda é mais para lastimar que a sua pobreza; são mui raros os que sabem

fazer o seu nome e raríssimos os que estão em circunstância de poder ser admitidos aos cargos da governança. Não há escolas públicas em nenhuma das povoações desta Comarca, nem quem possa ensinar as primeiras letras.

As rendas das Câmaras são o donativo do contrato das aguardentes de cana; e logo que êstes vão abaixo, ficam sem rendimento algum; porque se não deve contar com as multas pecuniárias por serem contingentes. Êste mesmo rendimento dos contratos é muito limitado, e apenas lhes chega para as despesas ordinárias de penas, papel e tintas; excetuando a vila de Serpa, que por lhe ser anexo o Lugar da Barra tem maior rendimento; logo porém que êste lugar seja desmembrado daquela vila ficará reduzido ao mesmo estado das outras.

De tôdas as povoações da Comarca a que está em melhores circunstâncias é o Lugar da Barra, e parece haver tôda a necessidade de se criar nêle Câmara, não só por ser a mais significante em população pois tem 2.847 almas em 260 fogos, conforme a estatística do ano passado, como pela sua distância de Serpa, pelo seu comércio, por ser a sede do Govêrno, e cabeça da Comarca.

O distrito de Tomar, que contém 24 povações, em outro tempo muito povoado, com os descimentos de gentios feitos por conta da Fazenda Pública; estão hoje desertas e da maior parte apenas se conserva o nome.

A vila de Barcelos, em outro tempo muito populosa e opulenta; nem ao menos conserva vestígio da sua passada grandeza; e da mesma maneira Borba e Ega.

Êste, Exmo. Sr. é o estado atual desta Comarca e o que me pareceu dever expor na presença de V. Excia. para que V. Excia. se digne lançar suas vistas sôbre esta bela porção do Império que pelas suas produções naturais e fertilidade do clima só precisa para sua grandeza de providências adequadas às suas circunstâncias atuais; que se proteja decididamente a lavoura e o comércio, que vão abaixo tôdas as administrações públicas que são o maior flagelo dêstes povos; que haja escolas públicas em tôdas as Vilas, vindos os professôres dessa cidade; vigários para as povoações maiores, porém homens escolhidos de bons costumes; porque do contrário causarão maior dano que proveito.

Estas são as primeiras providências e as mais necessárias, além da diminuição dos empregados públicos,

que por serem muitos se torna impraticável a continuação de suas nomeações".

Referindo-se, depois, às fazendas de criação do Rio Branco, a mesma autoridade expunha:

> "As fazendas nacionais de gado vacum situadas no Rio Branco sofrem há anos grande atraso por falta de vaqueiros, e de gado cavalar. Que os índios pela sua inconstância natural nunca ali se conservam muitos anos, e o gado cavalar quase todo pereceu há anos de moléstia desconhecida que o atacou e se julga ter sido ar pestilento".

Impressionado ante tanta informação acumulada sôbre a decadência da Comarca, o Presidente Paulo José da Silva Gama, Barão de Bagé, endereçou ao Ministro do Império um longo memorial, que se guarda no arquivo público do Pará, advogando a causa dos amazonenses e assinalando o imperativo que era a execução de providências beneficiadoras da região. Entre outras considerações, dizia: "O Rio Negro precisa sem dúvida de um govêrno separado e um homem de gênio a testa do seu govêrno, de outro modo êle será sempre o que é hoje, um país miserável, e quase deserto".

Uma ordem expedida do Rio de Janeiro, ainda em 8 de novembro de 1825, pelo Barão de Valença, por determinação de S. Majestade, mandara que as autoridades atendessem às circunstâncias delicadas que estava vivendo o Amazonas. Num livro ofertado ao Imperador, as "Notícias Geográficas do Rio Negro", o cônego André Fernandes de Sousa, Vigário Geral da Comarca, dissertara pormenorizadamente acêrca do que sua experiência e sua inteligência tinham observado, sugerindo uma orientação visando o bem-estar dos brasileiros do extremo norte.

Mas nem as ordens do Ministro do Império, nem os memoriais das autoridades amazonenses, tampouco as considerações do cônego produziram qualquer resultado. A situação continuou a mesma, ou, melhor, agravou-se com as desordens da cabanagem, que durante cinco anos criaram mal-estar, diminuíram os contingentes populacionais, destruíram os resquícios de lavoura que ainda havia e paralisaram o comércio. Lourenço da Silva Araújo

Amazonas, comandante militar da Comarca, registrando, em 1840, em ofício ao comandante da expedição militar que devia pacificar o Baixo e o Alto Amazonas, as precaríssimas condições existenciais da Comarca, finalizava : "se o Govêrno não olha a sério para a situação do Alto Amazonas em breve êle não constará senão de sítios".

No mesmo diapasão, o comandante militar posterior, brigadeiro João Henrique de Matos, expôs o "estado atual de decadência em que se acha o Alto Amazonas". Ano de 1845. O Amazonas vivia o seu período heróico, participando das contendas partidárias, agitando-se pela conquista de sua autonomia política. Mas estiolava-se no tocante à sua economia. Era a primeira grande crise que experimentava. O desajustamento social, os conflitos de ordem política o haviam arrastado àquela triste situação.

A RECONSTRUÇÃO IMPERIAL

O soerguimento do Amazonas, na opinião unânime dos que lhe estudavam as condições, só poderia ser alcançado com a providência preliminar da autonomia política que o Império, nas suas horas iniciais, esquecera de lhe assegurar como assegurara a outras circunscrições nas mesmas circunstâncias cívico-econômicas. Debatendo o assunto na Câmara e no Senado Imperiais, parlamentares, servindo-se do documentário que lhes remetiam da Comarca, ou êles próprios dando o seu testemunho como conhecedores da região, bateram essa tecla com tal insistência que, por fim, um projeto de lei, da autoria de D. Romualdo Antônio de Seixas, recebeu a necessária aprovação, elevando-se a antiga Capitania à situação política que ela desejava e o próprio govêrno verificara ser necessidade imperiosa a bem de seus interêsses no extremo norte, onde a nação confinava com democracias de origem espanhola.

Instalada a nova Província a 1 de janeiro de 1852, seu primeiro presidente, o deputado paraense João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, imediatamente procurou traçar seu plano de ação. Inteligência objetiva, combatera com um ardor especial pela medida agora decretada. Demais, era uma das figuras mais autorizadas para a emprêsa, membro ilustre da geração que terçara armas pela independência e a distinguir-se pelo conhecimento dos assuntos locais, servido da experiência de que já dispunha pelo exercício de funções públicas, especialmente funções relativas às finanças e economia regionais.

As instruções expedidas pelo Ministério do Império marcavam-lhe uma atenção particular com as coisas econômicas, que era necessário equacionar e enfrentar com especial aprêço. Exe-

cutando essas instruções, Tenreiro Aranha balanceou os recursos de que dispunha a Província e com os quais poderia contar para a obra que lhe mandavam levar adiante. Verificou então que êsses recursos eram de si profundamente exíguos, mas nem por isso impunham desânimo. Na Província não havia mais os técnicos de que se valera Almada para seus empreendimentos agrários e manufatureiros. A lavoura desaparecera quase que completamente. Das manufaturas não se sabia senão por ouvir dizer. As rendas não atingiam os três contos de réis, arrecadados em doze coletorias. Uma serraria, estabelecida nas cercanias da capital, com produção, em 1850, que permitira uma exportação de 10.000 tábuas, adquiridas pela Província do Pará, desaparecera destruída num incêndio. O movimento comercial avaliava-se, entre importação e exportação, em 400:000$0, 40 a 50 embarcações, de 15 a 16 toneladas, e 2.000 canoas menores, equipadas por cêrca de 6.000 indivíduos, serviam a êsse giro mercantil.

Tenreiro Aranha, com a visão admirável que possuía, atirou-se às suas obrigações, que significavam o início da tarefa governativa de soerguer o Amazonas. Expediu instruções às câmaras para que se movessem na direção do restabelecimento das lavouras. O comércio nas vilas e povoados estava desaparecendo pela intervenção dos regatões, que desviavam tudo, sem pagar direitos, pelas feitorias, montadas às mais das vêzes por êsses mesmos regatões. Baixou regulamentação sôbre a navegação nos rios e lagos e sôbre as operações comerciais, proibindo terminantemente, sob penas rigorosas, a ação dos regatões. As relações com a Bolívia, Venezuela e Colômbia não se desenvolviam devido principalmente às dificuldades das cachoeiras. O mesmo ocorria no tocante a Mato Grosso. Tratou, então, de fazer procurar passagens novas que permitissem a circulação das riquezas, mais rápida e segura. Com o Perú, o problema repousava no pequeno volume de embarcações de tráfico pelo Solimões e Maranhão. Aliás êsse assunto da navegação já o vinha preocupando de há muito, participante que fôra, nesse particular, da campanha empreendida pelo emprêgo de uma frota a vapor, que garantisse rapidez e facilidade em volume à circulação da produção.

O impulso das relações com a república peruana, sem a solução do vapor, não conheceria o aumento desejado. Tenreiro Aranha voltou a bater no tema, solicitando a atenção particular das autoridades imperiais.

Para obter pronta modificação no equipamento financeiro, que não podia ficar sujeito às folgas das Províncias do Pará e Maranhão, de onde deviam vir os créditos necessários para as despesas com o aparelhamento administrativo, ordenou imediata e severa arrecadação, providência que as várias exatorias cumpriram integralmente e de logo começaram a produzir os melhores resultados. Ainda no ano de 1851 a arrecadação algarismara menos de 3:000$0. A coletoria da capital rendera então 1:229$244; a de Vila Nova da Imperatriz, hoje Parintins, 109$640. Com as instruções presidenciais, Manaus, em janeiro e fevereiro de 1852, coletou 3:143$360 e Vila Nova, 324$640. As estimativas oficiais, em conseqüência, auguravam para o seu ano financeiro, que se inaugurava sob tão bons auspícios, 20:000$0. A experiência colonial, mesmo com os altos e baixos que apreciamos nas páginas anteriores, fôra uma experiência de certo modo auspiciosa. Começava agora a experiência imperial onde a capacidade da raça se ia avaliar com segurança.

Essa capacidade, que já a essa altura os negativistas indicavam como inexistente, provou òtimamente, criando para a nova Província um progresso que não teve pressurosidade, é certo, mas nem por isso deixou de se apresentar com as melhores características. Progresso que a envolveu na ordem social, espiritual e econômica, nessa particularmente, como vamos apreciar nas páginas a seguir.

O espaço ocupado pelo homem era ainda aquêle mesmo espaço que datava da experiência lusitana. Os vales do Purus e do Juruá permaneciam fechados à ocupação e mesmo até à penetração mercantil. Tentativas isoladas pouco produziam. Bandos gentios cortavam o passo no Juruá aos que se atreviam a

abrir feitorias às suas margens. No Madeira, a densidade de povoamento era rala. E justamente no Madeira, na zona dos Autazes e na Mundurucânia é que os entreveros cabanos mais tinham ceifado vidas, o que equivalia dizer diminuição, rarefação de braços necessários à emprêsa de vencer a terra, tornando-a um espaço produtivo.

Os presidentes da Província, como era natural, e o govêrno imperial, por isso mesmo, trataram de fazer proceder ao reconhecimento dêsses cursos de água, dêsses espaços sôbre que se possuíam notícias muito escassas, ora por meio de expedições organizadas em Manaus ou mesmo no Rio de Janeiro, ora permitindo a passagem de cientistas estrangeiros que subiram e desceram rios. Tanto umas como outros, prestando informações minudentes do que constatavam e vinham servir os interêsses oficiais, colhendo material importantíssimo que veio ampliar o conhecimento fisiográfico e geo-humano do extremo norte, realizaram tarefa memorável que permitiu a movimentação povoadora sôbre as novas regiões desvendadas.

Essa movimentação humana, vimos atrás, não se processou com rapidez até 1877, nem tampouco com um volume sensível. Ao contrário, apesar das "Falas Provinciais" anunciarem de quando em vez os propósitos governativos favoráveis à vinda de emigrantes nacionais ou estrangeiros, jamais se registrou execução de qualquer plano com aquêle objetivo. Os favores decretados pela Asembléia Legislativa não seduziram. A ocupação das novas regiões não proporcionou, senão com o ciclo da borracha, transformações sensíveis no equipamento econômico da Província.

Mundo servido pela maior rêde hídrica da terra, o Amazonas tinha de criar a sua riqueza utilizando os cursos fluviais. Essa utilização foi sendo feita sem cessar desde a instalação dos primeiros grupos europeus, como já era feita pelo gentio. Ficar, porém, no transporte primitivo, isto é, na canoa, na coberta, na simples ubá, embarcações movidas a vela, a remos ou a sirga, era andar longe do progresso e manter a circulação das riquezas sujeita às dificuldades que o tempo gasto nas viagens impunha.

De Belém a Manaus, despendia uma coberta dois meses de subida e mais de um de descida!

Irineu Evangelista de Sousa, Barão e depois Visconde de Mauá, vindo ao encontro dos anseios dos homens de negócio e aos propósitos governativos de dar prosperidade ao vale, incorporou então em 1853 a "Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas", de que vários comerciantes amazonenses foram acionistas. Logo em 1853, o primeiro vapor, a barca "Marajó" subia o Amazonas, fundeando em Manaus a 11 de janeiro de 1853. Já no ano de 1842 o vapor de guerra "Guapiaçu" fizera a mesma viagem, gastando dez dias. Agora a "Marajó" despendera 10 dais, 16 horas e 10 minutos, isto é, 7 dias de viagem e o restante fundeada nos portos de escala, os quais eram, na Província, Parintins e Serpa. Essa linha, já em setembro de 1853, era ampliada, em conseqüência de entendimentos com o Peru, até Nauta, no Rio Maranhão. A "Marajó", que na linha entre Belém e Manaus fôra substituída pela "Rio Negro", subindo o Solimões registrara 21 dias de viagem. Descendo, 11 dias. Os pontos de escala eram: Coari, Tefé, foz do Caiari, foz do Tocantins, Santo Antônio do Içá, Amaturá, São Paulo de Olivença, Tabatinga. Em 1855 foi inaugurada terceira linha: a do Rio Negro. Sete navios, então, passaram a correr essas águas, dando vida às riquezas amazonenses: além da "Marajó" e da "Rio Negro", mais a "Monarca", a "Tabatinga", a "Solimões", a Tapajós" e a "Cametá".

Entre 1853 e 1858, o volume de passagens subira de 436$750 para 52:146$567; o de fretes ascendera de 100$0 para 91:335$689. Sensível, a todos os olhares, a marcha progressiva dos negócios da Companhia, o que significava claramente também marcha progressiva nos negócios econômico-financeiros da Província.

Os vales do Madeira, do Purus e do Juruá, êstes dois últimos em começos de ocupação humana, não recebiam, porém, os benefícios das viagens dos barcos da Navegação e Comércio do Amazonas. Alexandre de Paula de Brito Amorim, "português, comerciante de energia e empreendimentos, espécie de Mauá regional", tomou a seu cargo a fundação de uma nova organização navegatória, a "Companhia Fluvial do Alto Amazonas", com gerência em Manaus e sede em Belém, capital de 800:000$0.

Apesar dos esforços da "Companhia do Amazonas", que contrariava os projetos autonomistas da "Fluvial" e pretendia o monopólio da navegação em tôdas as águas da bacia, o govêrno imperial concedeu favores e subvenção mensal à nova entidade, a qual, em 1869, principiou a execução de seus contratos, levando as suas embarcações ao Purus e Madeira e depois ao Juruá, Solimões e Negro.

Em 1874, a "Companhia do Amazonas" desaparecia para dar lugar à "Amazon River Steam Navigation Company Ltd." que, em 1874, se fundia com a "Fluvial" e com outras emprêsas menores paraenses.

A essa altura, embarcações a vapor do mais variado tamanho, propriedade de firmas comerciais de Manaus e de Belém, singravam os cursos do Amazonas, do Solimões, do Madeira, do Purus e do Juruá. A "Companhia de Navegação Brasileira de Manaus", subvencionada pelo govêrno provincial, relacionava com a capital o Acre e o Javari.

Desde 1870 as águas da bacia tinham sido franqueadas às bandeiras das nações amigas, providência que abria perspectivas admiráveis ao progresso da Província. A 25 de março de 1874, fundeava no pôrto da capital o primeiro mercante vindo diretamente do estrangeiro : era um veleiro dinamarquês, que trazia de Hamburgo um carregamento para uma firma alemã de Manaus. A 30 de abril do mesmo ano, todavia, as comunicações diretas com a Europa e Norte América se abriam regularmente com a chegada do "Mallard" e, a 13 de junho, do "Lilian", fretados por Alexandre Amorim, que contratara com a Província a realização do notável empreendimento e conseguira a incorporação, na praça de Londres, da "Liverpool and Amazon Royal Mail Steam Ship Company, Limited".

A "Red Cross Line" e a "Booth Steam Ship Company, Limited", subvencionadas pelos cofres provinciais, entraram a cooperar também no cometimento. A navegação do Içá até a Colômbia foi contratada com a firma comercial Elias Reyes & Hermanos, estabelecida em Popayan.

Dentro dêsse período inicial da restauração realizada sob o Império, a lavoura conheceu pequenos progressos. Muito dis-

tantes, todavia, daqueles do ciclo colonial. Plantou-se cacau, café, algodão e cana. Os processos de trabalho ainda eram aqueles primitivos. Nada do emprêgo da maquinaria, como já se fazia no nordeste e no sul do País. Nada de técnica nova, que acelerasse e desse vulto impressionante à produção cultivada. Os proprietários dos sítios não se deixavam modificar nos métodos para domar a terra. Sem escravos negros bastantes para grandes empreendimentos, sem capitais disponíveis, dispondo apenas da colaboração do caboclo e do nativo que produzia de acôrdo com a sua sistemática e sua natureza descansada, caminhavam vagarosamente.

Em 1853, o Presidente Conselheiro Herculano Ferreira Pena escrevia na "Fala" dirigida à Assembléia Provincial: "Não existe ainda estabelecimento algum de agricultura ou de indústria que se possa dizer importante, nem haverá talvez em tôda a Província um só lavrador que tenha empregados quinze escravos, não obstante ser tão fácil a posse das terras que quem quer abre sítio onde bem lhe parece e chama seu todo o espaço que lhe apraz ocupar, sem que alguém o perturbe nas suas imaginárias divisas".

Em 1855, a produção do algodão em rama avaliava-se em 100 arrôbas e 19 libras: a do café, em 680 arrôbas e 11 libras; a do cacau, em 4.770 arrôbas e 24 libras; a do guaraná, em 342 arrôbas e 30 libras; a do tabaco, em 2.117 arrôbas e 19 libras.

Em 1860, a produção do café descera para 270 arrôbas, enquanto que a do tabaco se mantinha nas 2.270 arrôbas. Em 1864, o café algarismava-se em 221 arrôbas e 24 libras e o tabaco em 778 arrôbas e 9 libras.

A lavoura do algodão, em 1864, tivera certo incremento pela atuação de um boliviano que, em Itaquatiara, plantara 18.000 pés, e do coronel Leonardo Ferreira Marques, que experimentava 40.000 nas suas propriedades no Madeira.

A produção espontânea da Província, representada nas mil variedades florestais e animais, apesar de todos os esforços das autoridades que não se cansavam de convidar os colonos às práticas agrárias, para isso concedendo-lhes as mercês que o legislativo votava, era uma fôrça permanente que perturbava

todo o esfôrço em prol da lavoura. A Câmara Municipal de Manaus, em 1862 fizera distribuir na área do município uma convocação acêrca do plantio do algodão, tabaco e trigo. Prometera ajudas financeiras aos que se atirassem ao comentimento, de que dependia seguramente o futuro da Província. Tudo era inútil. A produção espontânea matava tentativas, experiências, demonstrações de boa vontade, iniciativas. O Presidente Domingos Jaci Monteiro, por isso, seguro dessa verdade, escrevia em 1877: "Levados pela facilidade que encontram de internarem-se e colherem os produtos de que lhes vem o ganho, que em geral com rapidez atiram fora, afluem indivíduos de diversos pontos no tempo próprio, trabalham num lugar e noutro e depois ainda noutro; afinal retiram-se uns, outros voltam às esparsas barracas, que são apenas como uns ranchos de momento, comumente abertas de todos os lados e sem solidez alguma, nem o menor indício de permanência".

E se saíamos da lavoura, íamos encontrar, no tocante à indústria, o mesmo panorama, isto é, nada de empreendimentos do vulto dos que fizeram a nomeada de Lôbo d'Almada e, ainda em 1877, se recordavam como a lição mais impressionante, que não devia ser esquecida, mas que os homens de negócio não tinham a coragem de repetir.

Além das manufaturas de índole nativa, nesse ciclo da Província, abriram-se pequenos engenhos para o fabrico de aguardente e um ou outro para o de açúcar. O aproveitamento do tabaco foi realizado em Borba e Itaquatiara, então chamada Serpa, donde o tipo dêsse nome, de boa cotação no mercado interno e externo. Uma fábrica de chapéus de palha, montada sob a proteção oficial com operários especializados, trazidos do Peru, não durou muito. Aqui e ali funcionavam olarias, necessárias ao consumo da própria Província.

O maior negócio, do ponto de vista de seu imediato aproveitamento industrial, era o dos peixes. O dos peixes, como no período colonial, pescados nas praias do Solimões, secados ao sol e assim, trabalhados tão rùsticamente, trazidos ao comércio. Era uma indústria rendosa, que garantia a subsistência de muitos milhares de indivíduos e dava movimento a importantes

estabelecimentos, montados tanto na capital como nas vilas e cidades do interior, principalmente na zona do Solimões. Dos peixes utilizados, já constituía o forte o pirarucu. As tartarugas, com os respectivos ovos, constituíam igualmente uma operação lucrativa. As manteigas não ficavam atrás.

Uma exposição, realizada em 1861, em Manaus, proporcionara o conhecimento das possibilidades econômicas da Província. Balancearam-se a rigor os recursos de que ela dispunha, inventariara-se zelosamente a capacidade de que dispunha nos três reinos da natureza. Constatara-se que os produtos naturais, ocupando a primeira linha na economia regional, representavam-se pelos seguintes exemplares: breu de anani, estôpa da terra, extraída da castanheira, piaçaba, tucum, carauá, óleo de copaíba, óleo de seringa, pirarucu, peixe-boi, tartaruga, favas de cumaru, urucu, cumaúma, salsa, castanha, puxeri, caruru, baunilhas, além de uma imensidade de outras espécies de muito menor significação na balança comercial, mas que contribuíam sempre para manter ocupados os homens que procuravam, no interior, os elementos capazes de dar vitalidade à Província.

A conseqüência dessa atividade era, naturalmente, o comércio operar-se quase que ùnicamente arrimado nessa produção espontânea, produção que aumentava dia a dia e trazia aos cofres públicos rendimentos de impressionante significação.

Os quadros que damos a seguir, sôbre os gêneros exportados para o Pará, entre 1 de janeiro de 1853 e fins de junho de 1854, como os que divulgaremos a seguir, permitirão um conhecimento mais exato do que valia êsse giro mercantil e quais os tipos de produção que lhe davam ser.

Exportação em embarcações a vela:

Breu	187 arrôbas e meia
Cacau	2.580 arrôbas e 11 libras
Café	427 arrôbas e 26 libras
Cumaru	1 arrôba e 26 libras
Carajuru	6 arrôbas e 8 libras
Estôpa	1.138 arrôbas
Grude de peixe	25 libras
Pirarucu	43.006 arrôbas
Peixe-boi	224 arrôbas

Puxuri	11 arrôbas e meia
Piaçaba em rama....................	2.896 arrôbas
Borracha	518 arrôbas e 17 libras
Salsaparrilha	5.419 arrôbas e 24 libras
Tabaco	191 arrôbas e 10 libras
Couros secos	85 arrôbas
Rêdes de maqueira..................	2.091 arrôbas
Castanha	22.955 alqueires
Espias de piaçaba..................	10.733 polegadas
Óleo de copaíba....................	804 canadas
Manteiga de ovos de tartaruga......	4.141 potes
Dita de peixe-boi..................	4.702 potes
Mixira de peixe-boi	546 potes

Exportação em vapores da "Companhia do Amazonas":

Carne sêca	44 arrôbas
Pirarucu	1.842 arrôbas
Borracha	332 arrôbas
Tabaco	59 arrôbas
Salsaparrilha	164 arrôbas
Café	76 arrôbas
Sebo	15 arrôbas e meia
Cacau	17 arrôbas
Couros secos	57 arrôbas
Rêdes de maqueira..................	34 arrôbas
Castanha	150 alqueires
Chapéus de palha...................	1 volume

Nessa mesma fase, a exportação que fazíamos desde 1852, para o vizinho departamento de Nauta, no Perú, computava-se em números muito pequenos. Com relação a Mato Grosso, o grosso do comércio estava no guaraná, do gentio da Mundurucânia. Os cuiabanos compravam quase que tôda a produção, que significara, em 1852-1854, 448 arrôbas e 46 libras, variando o preço entre 320 e 700 réis a libra.

Só as canoas de regatões empregadas no interior, registradas nas estações fiscais, eram em número de 100, com 405 1/2 toneladas e 258 homens de equipagem. Pelas fronteiras do Rio Negro e Solimões passaram, então, 73 embarcações nacionais e 22 estrangeiras. Em 1857, o número de embarcações empregadas no giro comercial com o Pará ia a 87 e, no interior da própria Província, a 63.

Os produtos que pagavam 10 % "ad valorem" eram: azeite, breu, cacau, café, castanha, cravo, cumaru, couros, peles de animais, goma elástica, sebo, chifres, estôpa, guaraná, madeiras, mixira, óleo de copaíba, piaçaba, puxiri, salsaparrilha, tabaco. Pagavam 5 %: algodão, grude de peixe, jutaicica, peixe sêco, rêdes de algodão e de maqueira.

A receita da Província, conseqüência do progresso comercial, crescia na mesma proporção. Em 1860, a exportação garantira-lhe 61:591$238; a importação — 27:301$363 (1).

O café, a essa altura, cotava-se a 5$0 a arrôba; o cacau, a 3$0; o pirarucu, a 4$0 a arrôba; o cumaru, em algum tempo cotado a 15$0, baixara para 6 e 7$0; a salsa estava nos 13$5 a arrôba; o tabaco, valia 11$0 a arrôba; a guaraná, 16$0; a castanha 2$9; os ovos de tartaruga, que já tinham sido cotados em 1830 a 4$0, em 1855, a 6$0, valorizavam-se nos 8$0.

A criação do gado continuava adstrita ao vale do Rio Branco. Às fazendas do govêrno somavam-se poucas outras, propriedade de um ou outro que ousava tomar direção diferente nos negócios locais e se aventurava à emprêsa. Assim, em 1864, o censo oficial algarismava a existência, nas duas fazendas do Estado, de apenas 8.720 cabeças de gado vacum e 788 cavalar. Nas particulares, totalizavam-se 5.800 exemplares de gado vacum. A criação no Baixo Amazonas não se afirmava por números merecedores de menção especial.

Ora, para a pastagem dos rebanhos, para a fundação dos engenhos, para as lavouras do café, do algodão e das várias outras espécies econômicas, como para a própria colheita da produção natural fazia-se mister a regularização e uma melhor distribuição de terras aos que quisessem viver fora das cidades e vilas. A legislação provincial, como a legislação nacional, esta decretada através do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, sem atender a que, pelas condições especiais de vida

---

(1) — As rendas da Província eram arrecadadas em Manaus e em várias coletorias do interior; as do govêrno imperial, até 1867, nas Mesas de Rendas de Tabatinga e Manaus. Esta, em 1869, foi transformada em Alfândega. Em 1872, foi criada a Alfândega de Serpa, instalada em 1874, mas de pouca duração.

na região, as concessões não podiam ainda ser reguladas de acôrdo com as concessões limitadas que se faziam para outros pontos do território nacional, não satisfaziam. As reclamações eram constantes, provocando o desinterêsse dos posseiros que não se apercebiam da existência da legislação ou recusavam facilitar a ação dos funcionários encarregados da execução dessas medidas. A ocupação da terra continuou, assim, por muito tempo, distanciada de todos os requisitos legais, afirmando-se apenas na vontade manifestada pelo que primeiro chegava e nela se instalava, abrindo a feitoria, levantando o tapiri, iniciando o domínio manso do que passava a considerar a sua propriedade. Donde, em 1870, apenas terem organizado a propriedade, em obediência aos cânones regulares, 141 posseiros.

O progresso do Amazonas, no terreno econômico operava-se, voltemos a afirmar, sem pressurosidade, mas, nem por isso, de molde a comprometer a capacidade empreendedora dos brasileiros que a realizavam com suas atividades criadoras. Década a década, os algarismos falavam revelando a ascensão animadora. Uma crise motivada pelos desajustamentos da guerra do Paraguai, apesar dos abalos que proporcionou, teve curta duração.

Em 1866-1867, a exportação contava com 37 espécies, quase tôdas de produção espontânea no valor total de 1.424:539$973, que deram, ao erário provincial, de impostos pagos, 172:759$247. A borracha começava a ter sua influência poderosa na caracterização da economia amazonense, com mais de seiscentos contos de réis, enquanto o produto logo a seguir na escala dos valores financeiros era o pirarucu, com cêrca de trezentos contos de réis. O cacau, dos gêneros agricultados, era o de maior importância, com apenas cento e treze contos. Quanto à importação, representava-se em produção alimentícia, o que demonstrava a insignificância da produção similar local: arroz, carne sêca, farinha, feijão, milho.

No ano seguinte, o valor da exportação atingiu os.......... 9.700:478$068. As rendas públicas, decorrentes do aumento constante do volume da produção e não de uma política de aumento de impostos, cresciam por sua vez sensìvelmente. Entre 1866 e

1869, o aumento ascendera a 114:741$357. Só a exportação, em 1869, garantira 236:808$171.

Entre 1871 e 1872 a exportação compreendera 47 produtos, no valor de 3.375:088$005, que pagaram, ao erário público, 370:845$308. Em 1875-1876 essa exportação permitia ao tesouro provincial uma arrecadação de 421:302$799. Os gêneros exportados haviam baixado para 29. É que a atenção geral convergia já para a borracha, em seus vários tipos. A castanha, todavia, concorria com 693.260 quilogramas, no valor de 127:267$7; a piaçaba, com 174.893 quilogramas, no valor de 41:974$320; o pirarucu, com 142.765,300 quilogramas, no valor de 66:560$235.

Nas décadas seguintes, verificaremos no capítulo a seguir, êsses algarismos continuaram a alterar-se para mais. Sempre a exportação afirmando-se expressivamente pelos gêneros que a natureza oferecia. A agricultura desaparecia ante a proporção cada dia maior dessa produção espontânea. Conselhos para que os homens não abandonassem as tarefas agrárias não impressionavam. O progresso era, mais uma vez, um capítulo da aventura da "droga", que provocara os primeiros desbravamentos. O negativismo dos maldizentes caía por terra ante as estatísticas que expressavam trabalho e êxito nas emprêsas econômicas. A restauração da Província (2), embora sem os recursos mais seguros da cultura da terra, era de uma evidência cristalina e produzida ùnicamente pelos elementos nativos.

---

(2) O município da capital, de onde saía tôda a energia para o interior, é o melhor índice dêsse progredir da Província. Entre 1834-1838, rendera 55$930; entre 1839-43, 1:325$6; entre 1844-48, 3:978$921; entre 1849-53, 6:024$176; entre 1854-58, 21:581$056. O número de comerciantes matriculados como exportadores, em 1850, era de 3; em 1853 já subira para 82. As casas de negócio, em 1851, não passavam de 38; em 1854, já eram 48.

O CICLO DO OURO NEGRO

A economia amazonense, evidentemente, não perdia sua pinta mais forte. A produção natural, que lhe caracterizara as primeiras horas, passada a experiência agrária do ciclo colonial, tomava corpo decisivamente, impondo-se, dominando, fundamentando a prosperidade que a Província experimentava.

No Pará, a experiência agrária não desaparecera, representada em operações que os colonos e proprietários levavam a bom têrmo com o maior êxito, embora a produção espontânea constituísse igualmente uma fonte segura e ampla de riqueza. As tradições agrárias, no Pará, mais antigas, mais fortes, mantinham-se assim de pé, o que trazia àquela Província uma identidade mais expressiva com a economia das demais regiões do norte do Império. A economia amazonense, em conseqüência, afastava-se, distinguia-se da economia das demais unidades brasileiras. Possuía, portanto, uma autonomia particular, que começava a interessar a nação, tanto mais quanto já dela se começavam a auferir resultados para a balança comercial e para a nomeada nacional nos mercados consumidores da matéria-prima nativa do vale.

Dentre essa especiaria, já por volta da sexta década do século XIX tomava uma significação especial, na vida econômica da Província, a borracha, que então mais se conhecia pelas denominações de goma elástica e seringa.

Trabalhada a princípio pelos índios Cambebas ou Omaguas, que ocupavam as terras banhadas pelo Solimões e Maranhão, os Carmelitas portuguêses que os aldearam, substituindo os Jesuítas a serviço de Espanha, tomando conhecimento dos artefatos que os seus catecúmenos produziam com o leite da seringueira, não

lhes condenara a atividade. O Carmelita Frei Manuel da Esperança, interessado mesmo no assunto, dêle deu notícia, registrando a novidade nativa.

Posteriormente, o cientista francês Charles Marie de la Condamine, descendo do Peru em direção a Belém, ano de 1743, teve oportunidade de conhecer igualmente a produção artefatada dos Cambebas, sôbre a qual prestou informações à Academia de Ciências de París. Descrevendo-a, no seu Diário de Viagem, o eminente homem de ciência assim se expressou:

> "La resine appelée Cahuchu (Prononcez Cahout-chou) dans les Pays de la Province de Quito voisins de la Mer, est aussi fort commune sur les bords du Maranon, & sert aux usages. Quand elle est fraîche, on lui donne avec des moules la forme qu'on veut; elle est impenetrable à la pluie mais ce qui la rend plus remarquable c'est sa grande elasticité. On en fait des bouteilles qui ne sont pas fragiles, des bottes, des boules creuses qui s'applatissent quand on les presse, & qui dès qu'elles ne sont plus gênés, reprennent leur première figure. Les Portugais du Pará ont appris des Omaguas à faire avec la même matière des pompes ou seringues qui n'ont pas besoin de piston: eles ont la forme de poires creuses, percées d'un petit trou à leur extremité où ils adaptent une canule. On les remplit d'eau, & en les pressant, lorsqu'elles sont pleines, eles ont l'effet d'une seringue ordinaire. Ce meuble est fort en usage chez les Omagua" (1).

Noutras partes do continente, de árvores várias os nativos extraíam "leite", que utilizavam no fabrico de utensílios de uso doméstico. O caucho que La Condamine e o Carmelita encontraram aproveitados pelos Cambebas ao longo do Solimões, era fabrico do "leite" da espécie que, mais tarde, receberia a denominação técnica de "hevea brasiliensis". Compreendendo a importância do novo gênero, os colonos lusitanos passaram a denominá-lo seringa, preferindo essa denominação à do gentio. "Cau-chu" significava pau que dá leite. Seringa era nome que

(1) Relation abrégée d'un voyage fait dans l'interieur de l'Amérique Méridionale. París, 1745, págs. 78-79.

traduzia melhor o uso manufatureiro da nova "droga", conforme o depoimento de La Condamine.

Já por volta da segunda década do século XIX, na Província do Pará se fazia a exploração da espécie. Vários dos homens que tomaram a direção da Cabanagem eram seringueiros. As populações da zona das ilhas, principalmente, dedicavam-se à extração do "leite" precioso, abandonando outras preocupações econômicas.

Descobertos os seringais do Jari, do Xingu e do Tapajós, para lá se dirigiram verdadeiras multidões de trabalhadores, seduzidos pelos preços que o novo tipo comercial estava garantindo, dada a procura que os mercados norte-americanos e inglêses começavam a manifestar.

Quando se inaugurou a Província do Amazonas, Tenreiro Aranha referiu-se ao sentido que a extração da seringa representava, mas assinalando que havia necessidade quanto antes de adotar-se uma política mais generosa para com a terra e mais segura com relação ao futuro econômico da Província, plantando a árvore que produzia tanta riqueza. Nos gráficos das estatísticas, a seringa representava-se então, pelos 4.600 quilos, colhidos principalmente na zona do Solimões. Nesse mesmo ano, o Pará arrecadara, de imposto de exportação sôbre o gênero, soma superior a noventa contos de réis. Na Amazônia, essa arrecadação, todavia, ainda não se expressara com vulto.

Dois anos decorridos, o Presidente Herculano Ferreira Pena escrevia: "No extenso catálogo dos artigos de exportação da Província deverá ocupar mui brevemente o primeiro lugar a goma elástica ou borracha, que, ainda há bem pouco tempo, ninguém aproveitava.

A incalculável abundância da sua produção nas terras banhadas pelo Amazonas e outros rios, a facilidade com que um trabalhador colhe e prepara diàriamente 12, 16, e mais libras, e a infinidade de aplicações que hoje se lhe dá em diversos países da América e da Europa, colocam êsse gênero em circunstâncias tão favoráveis, que a indústria da sua extração não pode deixar de preferir a qualquer outra das conhecidas até

agora, ainda que baixe o preço de 35$0 por arrôba, que ùltimamente obteve no Pará.

Muita gente vinda daquela Província já trabalha, segundo me consta, nas margens do Madeira, e nos Uautás; com os trabalhadores vão concorrendo negociantes, que pretendem comprar-lhes o gênero; e êsse movimento comercial que começa a animar a decadente povoação de Serpa, onde a Companhia do Amazonas mandou construir uma olaria e uma Serraria de vapor, há-de naturalmente estender-se a outros muitos Distritos".

Era o panorama singelo, mas exato, dos princípios da grande indústria extrativa que em breve dominaria inteiramente a economia provincial. Histórico e perspectiva que o administrador, supervisionando os acontecimentos, riscava com a segurança de quem tinha um conhecimento objetivo do ambiente, dos seus recursos florestais e um sentido perfeito do que valeria o produto que os batedores do sertão amazonense traziam para dar novo rumo à economia amazonense.

E tanto era certa a conclusão de Ferreira Pena que, já em 1855, a exportação elevava-se a 9.590 arrôbas e 21 libras, enquanto que no ano anterior algarismara-se nas 2.229 arrôbas.

Para a colheita da seringa, o processo adotado era o mais nocivo e antieconômico: o arrôcho, que, experimentado no Pará, provocara a destruição de vastas áreas de seringueiras e a perspectiva de perda próxima daquela fonte de riqueza e de bem-estar financeiro (2). A prática das incisões não estava ainda generalizada ou os seringueiros, quando as faziam, não deixavam medear entre as feridas na árvore um espaço aconselhável.

Todavia, à convicção de que a continuar no processo vicioso, os resultados seriam os mais danosos, os extratores o foram abandonando. E já em 1861, a sistemática de trabalho era a seguinte: "golpeando-se a árvore, recebendo o líquido em pequenas vasilhas

---

(2) Pelas informações de Silva Coutinho e outros, consistia o arrôcho "em apertar com um cipó a árvore, quases ao rés-do-chão, de modo que se forme uma orla capaz de dar assento a uma goteira circular de barro, feita ali mesmo pela mão do seringueiro. Debaixo desta goteira colocam uma panela ou outra qualquer vasilha, que possa receber bastante líquido; feito isto golpeam tôda a árvore e por todos os lados, de modo que ela se esgota em um dia; e se não morre, só se restabelece no prazo de muitos anos".

de barro ou de fôlha de Flandres, que se pregam na árvore abaixo do golpe, e reunindo-o em vasilhas grandes. Daí o tiram com pequena vasilha e deitam sôbre uma fôrma de pau defumada, uma, duas, três e mais camadas de líquido, que vão sofrendo em cada uma por sua vez o processo da defumação, que consiste em receber uma coluna de fumo negro e oleoso que sai do bueiro de um vaso infundibuliforme pôsto sôbre um braseiro alimentado por caroços ou sementes de urucuri".

A essa altura, apesar de estar ainda nos seus princípios o negócio da borracha, já o industrial Henrique Antônio Strauss propugnava a adoção de novo processo, consistente na consolidação da seringa sem a defumação. Também se experimentava a conservação do produto em estado líquido, por meio do "éter sulfúrico ou amoníaco líquido que se lhe deve juntar logo ao sair da árvore".

Os preços variavam intensamente. A especulação mercantil não encontrava medida. Ora cotavam a 12$0 a arrôba, ora o conduziam aos 40$0. No princípio de 1861, figurara nas tabelas a 22, 23 e 24$0. Em meados do ano, descera para 12$0. Os acontecimentos que punham em perigo a unidade norte-americana sobressaltavam os coletores e comerciantes da matéria-prima, pois que os Estados Unidos eram então os consumidores mais fortes.

Em 1859, a exportação fôra a 7.754 arrôbas; em 1860, a 13.931. As cotações, convém registrar de logo, já faziam diferença no tipo do produto: seringa fina era a seringa defumada a rigor; grossa, a que coagulava nas vasilhas quando os seringueiros demoravam a defumação; cernambi, a que aderia às paredes do vasilhame ou caía ao solo no processo de arrôcho.

Tôdas as fôrças locais se voltavam já para a extração do látex ou de outras espécies nativas, como a castanha, que principiava igualmente a interessar os mercados e a prender a atenção dos que labutavam no interior. As margens do Madeira povoavam-se com rapidez. Bandos de imigrantes de Óbidos, Santarém, Alenquer e Monte Alegre, imaginando que os seringais do Xingu e do Tapajós, pela destruição impenitente que haviam sofrido, não lhes proporcionavam mais possibilidades

de ganho fácil e abundante, dirigiam-se agora para aquêle rio, onde se descobriam riquíssimas florestas de hévea.

A produção agricultada, como era natural, dada a ausência de braços que se voltavam apenas para a produção espontânea, diminuiu, exigindo as importações cada dia mais volumosas de gêneros necessários à alimentação. Assim, entre 1863 e 1864, para 221 arrôbas e 24 libras de café e 778 arrôbas e 9 libras de fumo, a Província exportara 229 de guaraná, 495.000 de peixe sêco, 18.882 de castanha, 3.092 de salsa, 14.100 de cacau nativo e 36.625 de borracha. A castanha, em 1860, por exemplo, ainda não figurava nas tabelas oficiais de produção mandadas para fora. Como a salsa. Um ano decorrido, porém, a castanha se apresentava com 23.333 e a salsa com 1.793 arrôbas.

O panorama, aos olhos dos presidentes, era o mais desolador, pois que lhes parecia que o abandono da agricultura e essa arrancada em direção à floresta traria prejuízos incalculáveis. As lições da economia mundial, sem esquecer os exemplos colhíveis no próprio Brasil, do ciclo colonial, ensinavam que os povos coletores não são nunca povos de vida mantida em níveis de progresso estável, sujeitos que ficam às flutuações dos preços e ao empobrecimento repentino das zonas exploradas. Demais, consideravam as autoridades, havia outros males a registrar: o abandono das vilas e povoados, a disseminação perigosa das populações, o estrago das florestas pelo trabalho desorientado dos seringueiros na voracidade de colhêr a droga, o estado de pouca moralidade que presidia a essa disseminação, o nomadismo a que se ia habituando o contingente humano, o que evidentemente equivalia a um regresso àquela fase, já tão distante, dos primeiros tempos no vale, quando os missionários e os funcionários do Estado procuravam nuclear a gentilidade, educando-a para a vida organizada.

As advertências, certas medidas tendentes a fazer as populações compreenderem os perigos a que se expunham, de nada valeram. A corrida para a floresta prosseguiu com uma intensidade crescente. Além do Madeira, os vales do Purus e Juruá, em direção aos respectivos manadeiros, entraram a ser devassados e ocupadas suas margens. Os afluentes mais caudalosos

dêsses rios, igualmente foram sendo desbravados. Enquanto que o rio Negro passava a conhecer uma decadência impressionante, pela simples razão de suas florestas não oferecerem as possibilidades de riquezas que os outros vales proporcionavam.

Um viajante atilado que percorreu a Província em 1860, A. de Belmar, examinando-lhe as condições existenciais, seja do ponto de vista de seus índices de progresso social ou econômico, seja quanto à organização de seus quadros espirituais e administrativos, encontrou por tôda a parte a crença de que na seringueira vivia a fortuna, o bem-estar da sociedade. Sem a ofensiva sôbre a floresta, na colheita do que ela possuía capaz de garantir riqueza, não se poderia ter esperança de qualquer ventura.

Pouco depois era a vez do depoimento de Tavares Bastos, que visitava as províncias amazônicas até o Peru, colhendo os dados minuciosos que lhe permitiriam a defesa dos interêsses das duas unidades do Império e a feitura dêsse livro admirável que ainda é "O Vale do Amazonas". Verdadeiro deserto, o Amazonas, com quase dois milhões de quilômetros quadrados, possuía apenas 40.443 habitantes, que se entregavam de corpo e alma à extração da matéria-prima nativa. O giro comercial da Província subia aos 2.000 contos de réis. O volume da importação, exercício de 1864-5, algarismava-se nos 860:905$0. Borba, que comandava a produção do Madeira, só em 1862 garantira 215:731$0, sôbre um total de exportação de 702:966$0. Manaus saía da obscuridade. Embora ainda um pequeno centro, sua situação geográfica em meio à Província e sua condição de capital, para onde convergiam as atenções particulares das praças européias e norte-americanas que consumiam os gêneros nativos regionais, tomava proporções no tocante à sua significação econômica. Seu primado no vale estava despontando evidentemente. Como S. Luís, no Mississipi, estava fadada a grande importância em futuro não remoto e de que já começava a experimentar as primícias.

Tavares Bastos, como Belmar, sentiu por tôda a parte a preocupação única de vencer a floresta, tirando dela os elementos necessários à movimentação econômica do ambiente.

Em tôda a Província, por essa época, contavam-se, devidamente registradas, 165 casas de comércio. Os regatões, apesar

de tôda a drasticidade das providências oficiais para evitar que perturbassem o processo evolutivo do comércio normal e citadino, não cessavam. Em 1852, recordemos, o número de embarcações utilizadas nesse negócio era de 69. Em 1878, de 180. A princípio pagavam de imposto 25$0. Em 1868, 80$0. O valor da importação em 1868, de mercadorias nacionais, somava 229:188$0; o de mercadorias estrangeiras já ia aos 1.069:149$5. As relações comerciais com o Peru e a Bolívia auguravam-se as melhores possíveis. Uma coletoria, estabelecida no Purus, com a agência fiscal de Anamã, no mesmo Purus, arrecadara mais de 30:000$0, o que demonstrava o volume de importância que o vale daquele rio conquistava.

No exercício de 1869-70, a borracha contribuíra com....... 248:337$822, dos quais a borracha fina representava 227:455$065. Essa renda era adquirida por meio do impôsto de 12 por cento "ad-valorem". A produção agricultada, convém insistir sempre, quase que desaparecia. Assim, no exercício de 1871-2, o algodão descera para 109.000 quilos, o café para 413.200, o tabaco para 782.253, enquanto que o feijão e a farinha já não figuravam nas tabelas. A castanha, por seu lado, ascendera a 332.706.620 quilos, o cacau colhido e não plantado a 294.073.199, a salsa a 22.777.170, o guaraná a 3.296.056 e a borracha a 1.588.132.616!

A abertura de seringais, com a chegada de novos contingentes humanos, ia sempre em crescente. A notícia da riqueza fácil chegava às Províncias do Nordeste. Pioneiros ousados, atingindo os altos rios, descobrindo florestas de héveas, eram guias seguros das colunas de combatentes da grande batalha da borracha, de que então se escrevia o primeiro capítulo. Tôda a fôrça da atividade exploradora e coletora, fique bem certo aqui, produzida pelo braço, pela tenacidade do homem do vale e por pequenos grupos, apenas pequenos grupos de cearenses e de maranhenses trazidos por João Gabriel de Carvalho e Melo, Pereira Labre e Rocha Turi, que os haviam localizado no baixo e médio Purus e no Solimões.

João Martins da Silva Coutinho, cientista e sertanista que se identificara com todos os problemas fisiográficos, sociais e econômicos da Província, guia e orientador de cientistas estrangeiros,

examinava, então, a situação que a borracha estava criando para a vida local, a técnica da sua extração, abrindo debates para a campanha de cultura intensiva da hévea. Num balanço rigoroso, em que analisou todos os aspectos do assunto, penetrando-o com a visão arguta do cientista, do sociólogo e do economista, Silva Coutinho, que visitou os melhores e maiores centros de atividade sertanista dos seringueiros, descreveu o panorama que se criava com a aventura da seringa.

Seu epítome, de proporções grandiosas quanto às considerações que oferecia à meditação de governantes, comerciantes, industriais, de todos os responsáveis, enfim, pelo futuro econômico da Província, historiava a emprêsa gomífera e indicava um programa de defesa do gênero e do próprio produtor. Programa que envolvia segurança para a terra e para o homem. Ao invés do povoador nômade, o povoador estabilizado. Ao invés da colheita da espécie nativa, aqui, ali e acolá, a colheita da árvore plantada com técnica e de resultados muito mais compensadores. Ao invés de uma sociedade criada ao deus-dará, uma sociedade disciplinada, com sua situação alimentar assegurada e sua estabilidade econômico-financeira perfeitamente equilibrada. Dizia Silva Coutinho — "estabeleçam os fabricantes moradias fixas, depois de adquirirem a posse do terreno e plantarem seringueiras em seu domínio, onde existirem outras plantas, de maneira que no fim de algum tempo seja ela a dominante; cultivem uma certa porção de gêneros alimentícios e tratem ainda que em pequena escala da criação de aves e outros animais domésticos". E, prosseguindo na proposição de seu plano, lembrava que no período do inverno os trabalhadores podiam plantar suas roças; quando, depois, êles se dirigissem ao negócio da seringa, sua família colheria a produção agricultada. Os rendimentos acumulados dessas operações em alguns anos permitiriam, ao seringueiro, a aquisição de sua antiga posse. Haveria, em conseqüência, beneficiando a sociedade, trabalho mais suave, menores riscos para o trabalhador, observação de preceitos higiênicos, que assegurariam uma defesa sanitária, fiscalização permanente para evitar-se a destruição das árvores e conseqüente melhoria da indústria.

Silva Coutinho, quanto à cultura, indicava o caminho seguinte: utilização das sementes, guardando as árvores entre si a distância de 5 braças, "ficando assim um círculo de 50 palmos de raio para ser ocupado pela copa de cada uma. O espaço compreendido por um quadrado de meia légua de face, que é a grandeza das posses que concede o govêrno, acomoda desta maneira 84.100 árvores". Uma vez que o seringueiro, na sua ainda simples condição de agregado do proprietário do seringal, posseiro como êle se intitulava, utilizasse o espaço do terreno que lhe coubesse para a cultura com o plantio das espécies alimentícias e para pequena criação, diminuiria o total de héveas, que se algarismariam em 63.000. Mesmo desprezando a fração 3.000, extraindo-se 16 libras de cada árvore, uma safra podia garantir 30.000 arrôbas. Vendida ao preço de 10$0, a arrôba, seriam 300:000$0 numa safra. Realmente tentadora e convicente a argumentação do naturalista. Tanto mais quanto nos seringais silvestres um seringueiro de boa vontade e de tenacidade apenas coletava 20 libras por dia. No seringal plantado, seriam 40 libras.

Silva Coutinho pleiteava essa nova orientação em 1863. Quatro anos após, Franz Keller e Joseph Leuzinger, engenheiros que percorreram a bacia do Madeira em missão do govêrno brasileiro, tocavam o assunto com conclusões idênticas. Condenavam a política que visava apenas o aproveitamento da produção natural, aconselhando a cultura da espécie. Levantando estatísticas, examinando a paisagem social e econômica, aventavam a possibilidade de crises quando o "talento inventivo dos fabricantes europeus e norte-americanos haja descoberto um sucedâneo mais ou menos justo daquelas demasiadamente caras resinas".

E advogavam uma orientação que levasse as populações a ingressar em nova senda: "deverão ser ali postas em prática medidas drásticas visando o trabalho, no caso em que a exportação do caucho comece a diminuir em conseqüência do arrancamento das árvores" ou na hipótese de que ocorresse o aparecimento do sucedâneo que a técnica dos laboratórios pudesse apresentar.

Pela mesma época, Pereira Labre, sertanista e homem de negócios, experimentado na hinterlândia e no trato especial da

borracha, com propriedades no Purus, todo entusiasmo pela emprêsa gomífera, e que não desprezava as conclusões de Silva Coutinho, revelando em publicações de imprensa e em avulsos a extensão da riqueza gomífera do Purus, do Acre, de outros distritos da Província, convocava os seringueiros ao empreendimento com o emprêgo das tigelinhas, respeito às árvores, e à criação de elementos que proporcionassem, com o bem-estar material, segurança alimentar, organização social em bases menos flutuantes.

Tamanhas considerações não eram, porém, ouvidas. A corrida para o floresta não cessava. No Madeira, tribos inteiras tinham sido mobilizadas para o trabalho, ao lado dos seringueiros mamelucos. No Purus, se não se registrava essa colaboração ou essa contribuição muitas vêzes conquistada por meios os mais escandalosos, nem por isso a penetração perdia seu ritmo inicial.

Foi então que o elemento nordestino, tangido de sua terra pela violência das sêcas, dando um alento mais vigoroso, veio abrir o segundo período dêsse ciclo gomífero, atirando-se pelo mesmo Purus e pelo Juruá, pelos afluentes menores do Solimões, num afã verdadeiramente heróico.

Chandless, já referimos no primeiro capítulo, negara a possibilidade de uma ocupação permanente das margens do Purus, onde êle antevia o sacrifício de todo aquêle que, não sendo nativo, se aventurasse a penetrar-lhe as águas. Ora, já em 1874 se fixavam nos seringais que foram sendo abertos, no Purus, segundo os cálculos de Pereira Labre, 4.000 nordestinos. Barringhton Brown e W. Lidistone, visitando aquelas paragens, em 1873, tiveram oportunidade de verificar, em pleno funcionamento, seringais no Sepatini, que exportavam entre 18.000 e 30.000 quilos de borracha.

No decorrer dêsse segundo período, a corrida para a floresta representou, pelos resultados que dela advieram, com o encerramento definitivo das experiências medrosas da criação de fontes de riqueza no amanho da terra, a vitória impressionante da produção natural, representada pela borracha, que tinha na castanha o seu tipo ancilar. A civilização, com certos requintes materiais e espirituais, ia entrar agora vertiginosamente na Província, pelas facilidades que o ciclo gomífero lhe abria. Estabeleceram-se mais

escalas primárias por tôdas as vilas da Província, criou-se uma biblioteca pública na capital, fundaram-se novos núcleos urbanos, como Lábrea, Canutama, Floriano Peixoto, Emprêsa, Xibauá, Codajás, Humaitá. Manaus cresceu em área, como cresceu de importância. As comunicações entre a capital e a Côrte, realizadas através do pôrto de Belém, de 1882 em diante principiaram a efetuar-se diretamente pelos navios da "Companhia Brasileira", hoje "Lloyd Brasileiro", após uma brilhante campanha de imprensa e das fôrças conservadoras da Província. Uma outra organização, a "Companhia de Navegação de Manaus", subvencionada pelos cofres provinciais, ligava os diferentes pontos de produção de borracha, aumentando destarte as facilidades para o giro mercantil interno.

Essa prosperidade, que ecoava por todo o Império, podia ser auferida, prontamente, pelos gráficos das rendas públicas. A receita de 1873-1874 ascendera a 557:244$885, para a qual a exportação contribuíra com 434:407$967. Em 1877-8, atingira os 785:970$765, sendo da exportação 479:922$389. Em 1881-82 já apresentava êstes números impressionantes: orçada em........ 747:170$751, apurou 1.765:787$849. As rendas da Alfândega, principiando, quanto à importação, em 1868-69, com 15:452$890, dez anos depois já se representavam nos 130:131$945. E em 1882-1883, em 514:190$294, que, somadas a outras rendas davam um total de 796:486$369. De 1868 a 1883, eram 2.958:674$041.

No período entre 1880-1883, haviam visitado o pôrto de Manaus nada menos que 457 vapores, com a tonelagem de 187.481. Dêsses, 68 eram estrangeiros e 389 nacionais.

Descrevendo as condições financeiras, decorrentes da situação econômica que a borracha proporcionava, os presidentes da Província, numa unanimidade impressionante, diziam sempre que havia prosperidade, bem-estar, "superavit", saldos na tesouraria, apesar do vulto das obras públicas e dos vários serviços oficiais que cresciam também.

A exportação total do Amazonas compreendia, a essa altura, ano de 1883, azeite animal, anil, baunilha, cumaru, cacau, cravo, crajuru, castanha, couros salgados, estôpa, grude de peixe, bor-

racha nos seus vários tipos, guaraná, mixira, óleo de copaíba, pirarucu sêco, peixe-boi em salmoura, piaçaba, puxuri, rêdes de tucum, sebo em rama, salsaparrilha. Êsses gêneros possuíam o valor total de 11.277:275$835, e pagaram de imposto 953:425$879. A borracha comparecera com 4.018.551 quilos, no valor de 10.098:434$185. A borracha fina valera, só ela, com 3.122.046, 8.655:718$860, que deixaram para os cofres públicos 755:800$330. Só a borracha fina, portanto, movimentava os recursos financeiros da região, proporcionando ao giro comercial a sua importância maior.

Pelos quadros organizados pelas repartições provinciais, a produção, no primeiro semestre de 1883, fôra a seguinte, em quilos, pelos vales do Purus, Madeira, Juruá, Solimões e Negro, em que se dividia econômicamente a Província:

	Purus	Madeira	Juruá	Solimões	Negro
Borracha fina	762.903	599.609	215.651	118.214	19.981
Cernambi	151.607	85.994	29.238	39.978	4.895
Cacau	—	3.779	348	23.549	—
Castanha	1.116	83	—	3.348	—
Chifres	—	—	—	—	350
Couros secos	—	—	—	—	574
Couros verdes	—	—	—	—	17.222
Couros de veado	1.234	744	178	238	—
Espias	—	—	—	—	5.517
Estôpa	—	—	—	—	970
Grude	—	—	—	8	—
Manteiga	—	—	—	3.014	—
Mixira (pote)	—	—	—	459	—
Copaíba	2.476	526	—	2.476	—
Peixe-boi	—	—	—	690	—
Piaçaba	—	—	—	—	318.577
Pirarucu sêco	—	—	—	342.575	—
Puxuri	—	—	—	—	385
Salsa	1.823	—	60	1.824	—
Tucum	—	—	—	213	—

Os valores oficiais dêsses gêneros eram então os seguintes:

Purus	3.156:878$070
Madeira	2.388:927$500
Juruá	836:522$800
Solimões	769:304$455
Negro	148:267$760
Total	7.299:900$585

O vale do Rio Negro, onde principiara o trabalho dos colonos no ciclo colonial, experimentava a mais negra decadência. Nem sequer mais sinal das culturas de que se orgulhara a Capitania. Nem mais sinal do pequeno parque industrial de Lôbo d'Almada. Agora de lá só vinha a piaçaba, colhida na zona do alto rio, inclusive além das cachoeiras, trechos todos onde vivia uma população paupérrima, quase que ignorada nessa sua existência precária.

A hora era justamente dos rios de cujas margens extraíam a borracha. Daí a preponderância do Purus e do Madeira, onde os seringais nativos atraíam braços, capitais, energias, vontades decididas de êxito na aventura econômica. A batalha da borracha tinha seu primeiro capítulo nessa emprêsa como o gráfico que alinhamos atrás deixa compreender fàcilmente.

Aumentadas constantemente, mercê da atividade dos técnicos europeus e norte-americanos, as utilidades e aplicações da borracha, a procura do produto, em conseqüência, não parava. E com a procura, o aumento das cotações, o que conduzia os seringueiros a uma internação mais ampla, mais funda na floresta, ao mesmo tempo que os capitais para a exploração dessa mesma floresta tomavam maior volume. Tudo se ampliava, portanto. A engrenagem da máquina comercial e industrial, por seu lado, tornava-se, se não complicada, pelo menos impondo técnica especial, equipamento apropriado para o pessoal que a movia. As casas aviadoras, que equipavam os seringueiros e os seringais, dispunham geralmente de frota própria, abriam créditos aos seus aviados, que se atiravam, nos períodos de colheita, com pessoal adestrado ou não, à sangria das árvores. Já então os seringueiros deixavam de lado a extração do caucho, preferido pelos trabalhadores pe-

ruanos, dedicando-se à colheita do látex da seringueira, a "hévea brasiliensis".

Os próprios Presidentes da Província, abandonando a condenação sistemática que vinham fazendo à emprêsa de aproveitamento das riquezas nativas, a indústria gomífera em particular, passaram a entoar-lhe loas, negando que as atividades assim orientadas pudessem merecer restrições. A economia regional fundamentava-se evidentemente nesse negócio extrativo. Por que, pois, fazer-lhe as restrições desencorajadoras? Até mesmo a tecla da necessidade de replantio das árvores gomíferas, ante a perspectiva de uma crise decorrente da falta de exemplares cortáveis, aos olhares dêsses administradores não encontrava fundamento sério. O presidente Ernesto Adolfo de Vasconcelos Chaves, por exemplo, escrevia em 1886: "O suposto perigo da destruição crescente dos seringais e sua futura extinção carece de fatos que o comprovem, além de contrariar de frente, não direi a razão, mas até o simples instinto do próprio bem-estar". E acrescentava que "em época ainda afastada", o próprio seringueiro se encarregaria de agir no sentido de se realizar o cultivo da espécie, operando serenamente, sem atemorizar-se ante a propaganda maliciosa, sem recear os perigos que se anunciavam.

O presidente, em suas considerações, pleiteava, porém, a observância de um processo que fizesse aproveitar melhor o látex, evitando a produção do tipo cernambi. Os seringais silvestres, em trechos onde os seringueiros ainda não tinham chegado, certamente eram muitos. O futuro do Amazonas, assegurado pela borracha, estava garantido. Ninguém se devia sobressaltar por prejuízos derrotistas, era o pensamento coletivo.

As rendas alfandegárias, em 1885, tinham sido beneficiadas em 1.050:680$157, enquanto que em 1882 fôra apenas de...... 600:108$843. Em 1888, elevara-se a arrecadação para 1.476:770$049; em 1892, ia aos 2.526:017$478. As rendas pròpriamente provinciais, nesse mesmo período, totalizavam-se assim: 1884,...... 2.748:296$578; em 1888 2.127:523$415; em 1892, 6.426:092$244.

O progresso financeiro entrava pelos olhos dos mais desavisados. Já no decorrer de 1884 a 1885, uma queda de cotação de borracha desarranjara a máquina financeira da Província.

Era um aviso sério, que, todavia, não foi tomado na devida consideração. A borracha servia a todos e para tudo.

Demais, pelos anos seguintes, as rendas federais e estaduais continuaram no aumento que todos imaginavam infinito. Assim, em 1894, a arrecadação estadual cifrou-se em 8.808:752$520; em 1896-1897, em 10.762:739$119; em 1897-1898, em 20.476:114$687; em 1899, em 25.044:886$887. A arrecadação federal, de 1892 em diante, deixara de incidir sôbre a exportação, o que libertou a produção amazonense, para o exterior, de uma verdadeira bitributação. Embora, pelo vulto das importações, elevou-se na mesma escala. Os saldos proporcionados ao govêrno federal pelo gravame sôbre os gêneros importados pela praça de Manaus, armavam-no de uma fôrça financeira que lhe garantia desafôgo e lhe permitia, com os saldos proporcionados também pela praça de Belém, a iniciativa de realizações materiais ao mesmo tempo que o crescimento de crédito nos mercados financeiros europeus e norte-americanos.

O governador Eduardo Ribeiro, executando um gigantesco plano de trabalhos na capital amazonense, usufruía dessas rendas sem a decretação de uma providência acauteladora dos interêsses econômicos e financeiros do Estado. Em mensagem dirigida ao Legislativo, confessava que o aumento astronômico da arrecadação era uma decorrência imediata da valorização da borracha, e do aumento sensível e diário da produção dêsse gênero. Confessava, mais, que da parte do poder público, não partia uma só providência tendente a movimentar o parque gomífero ou a assisti-lo assegurando-lhe permanência, ordem, perspectiva de maiores frutos.

Era a vertigem da borracha que, em 1892, fôra exportada num total de 11.775.843 quilogramas, no valor de 38.954:488$0; em 1894, num total de 11.661.379, no valor de 50.307:189$0; em 1896-1897, num total de 12.385.768, no valor de 70.101:297$0; em 1897-1898, num total de 12.905.346, no valor de 105.616:924$0.

Daí por diante, variando no volume da exportação e sujeita às mil oscilações de preços, ora ela atingiu os 16.509.677 quilogramas, como sucedeu em 1903, no valor de 112.889:915$0, ora

desceu aos 8.765.427, em 1911, no valor de 58.710:378$958, que deram ao Estado a renda de 9.999:031$526.

Os outros gêneros de produção espontânea, como a castanha, a piaçaba, os peixes, o guaraná, o cacau, não influíam, grosso modo, na graduação das rendas públicas e privadas. Não constituíam negócios tentadores.

Manaus, radicalmente transformada em sua fisionomia urbana, era, então, um dos centros de maior projeção da vida econômica brasileira. Em 1867, o número de casas comerciais existentes na capital era apenas de 74, em 1869, 212. Em 1905, só os estabelecimentos que comerciavam com borracha contavam-se em número de 62. Dois Bancos locais, o "Banco do Amazonas", fundado em 1895, e o "Banco Amazonense", fundado em 1904, 9 agências ou correspondentes de bancos nacionais e estrangeiros e 5 casas bancárias articulavam o giro financeiro-comercial da indústria gomífera. Uma frota particular, integrada por embarcações de todo tipo e tamanho, cortando os rios da borracha, nesse ano de 1904 representou-se, no fundeadouro de Manaus, por 355 vapores e lanchas, que transportaram 6.989.515 quilogramas de borracha, 262.435 hectolitros de castanha, além de cêrca de setecentos mil quilos de cacau, piaçaba, peixe sêco, tabaco, óleo de copaíba, guaraná, couros, salsaparrilha.

O pôrto da capital, explorado pela companhia inglêsa "Manaus Harbour, Limited", que obtivera concessão para realizar obras de aparelhamento, já em 1903, com os serviços preliminares começava a permitir a atracação de cargueiros e navios de passageiros de alta tonelagem. As linhas de navegação que punham Manaus em ligação direta com os mercados europeus, norte-americanos e com o sul do País, de preferência o Nordeste, a êsse tempo tinham a seu serviço uma frota que, em 1902, algarismara-se em 140 navios estrangeiros e 342 brasileiros. As linhas para o interior, em 617. O movimento de passageiros, então, fôra de 3.165 estrangeiros e 11.859 brasileiros, entrados do exterior; e 1.294 estrangeiros e 11.859 brasileiros entrados do interior. Ao todo, 28.309 braços chegados a Manaus.

Todo êsses números indicavam evidentemente a rapidez vertiginosa dentro da qual se processava a evolução econômica do

Estado, que, em menos de meio século, atingira condições especialíssimas, situando-o, frente a várias circunscrições administrativas do País, num grau de progresso sensacional.

Na administração do presidente Agesislau Pereira da Silva, ano de 1878, decretara-se o impôsto que diferenciava a exportação direta da produção amazonense e a que, embora de origem amazonense, fôsse despachada para Belém e dali destinada ao exterior. Essa providência beneficiara o comércio da produção amazonense, de vez que distinguira perfeitamente a produção local muito englobada na produção paraense para efeito de exportação. A essa lei viera completar a de 24 de julho de 1900, chamada "lei do beneficiamento da borracha." É que exportada dos seringais diretamente para Belém, a produção amazonense não era examinada convenientemente, para efeito de despacho, o que acarretava prejuízos ao fisco estadual, como desfavorecia a importância da praça da capital em benefício da praça de Belém. Pela lei de 1900 e regulamento de 8 de julho, tôda a produção do Estado, destinada à exportação para o estrangeiro ou para outros Estados, passara a ser desembarcada, beneficiada e despachada em Manaus e sua exportação feita por intermédio do trapiche Quinze de Novembro, encampado posteriormente pelo "The Manaus Harbour, Limited". Os resultados haviam sido imediatos porque várias firmas paraenses ou abriam filiais ou tinham transferido as respectivas sedes para Manaus. No sentido da evolução econômica do Amazonas, essas duas providências constituíam um passo tão importante como a navegação a vapor pelas águas do vale e a navegação direta de Manaus à Europa e aos Estados Unidos.

A borracha era a vida da Província. Tudo se realizava à sombra protetora de suas cotações, do aumento de sua exportação. O panorama econômico, o panorama social, eram, já se vê, uma decorrência imediata do ciclo crescente das héveas.

Herbon e Gibbons, Maury, Bates, Wallace, Caetano Osculati, naturalistas, viajantes, que haviam percorrido o vale na fase de sua decadência ou do princípio de sua reação para a reconquista do esplendor que a agricultura, as manufaturas e a droga lhe

tinham proporcionado, nos seus livros, descritivos da paisagem e do resultado de suas perquirições científicas, depunham impressionados com a paisagem social e econômica que lhes parecia uma paisagem empobrecida principalmente pela incapacidade ou pela decadência física e moral do homem, que descia os últimos degraus do desfibramento. A exploração do homem pelo homem era, então, a sistemática do trabalho. Os grupos indígenas, aqui e ali tapuios, como se lhes chamava, desfibravam-se, extinguiam-se sem que as autoridades, pelas diretorias de índios, providenciassem para assegurar-lhes os direitos que as leis lhes garantiam.

Com o ciclo da borracha, alterara-se o ambiente. Seguramente a prosperidade que vamos verificando não era uma prosperidade que se aquilatasse pela formação de núcleos urbanos de feição européia, servidos de todos os índices de uma civilização requintada. Essa prosperidade era fundamentalmente de natureza mercantil. Os núcleos humanos ou urbanos que se criavam valiam, nos primeiros momentos, como acampamentos que se desenvolviam sem os cuidados dos técnicos. Lábrea, por exemplo, como Humaitá, justamente os dois centros que conheceram adiantamento mais rápido e foram uma conseqüência imediata da arrancada em direção à floresta, em fins do século XIX. Lábrea possuía teatro, dois jornais, colégio, estabelecimentos de varejo, rendas vultosas, enquanto Humaitá organizava a sua biblioteca, mantinha o seu jornal, possuía a sua sociedade literária. Tanto Lábrea como Humaitá, todavia, apresentavam aspecto de povoação que se arruava, que se instalava. Nada havia de definitivo. O homem ali vivia esperando adquirir recursos para mudar-se ou para regressar à cidade, ao Estado de onde emigrara.

A paisagem social, com a chegada do nordestino, se tomara certa direção pela energia do novo homem, nem por isso se alterava de forma a permitir a crença de uma melhoria imediata e fundamental em suas pintas. Porque o nordestino era caboclo como o tapuio amazonense ou paraense, com a desvantagem inicial de ainda ter de tomar contato com um ambiente inteiramente estranho. No nordeste dos canaviais e do gado, êle fôra lavrador ou pastor. No Amazonas, ante a floresta agressiva, como

reagir, como impor a sua energia, a sua impetuosidade, senão adaptando-se, aceitando as mil particularidades que lhe condicionariam a nova existência?

Adaptando-se, em breve tornou-se, servido que vinha do ânimo de triunfar, um elemento preciosíssimo que valeu à nação a conquista de territórios como o que seria depois o Acre, e até então eram partículas do mundo continental sem a exploração econômica, sem a ocupação política, verdadeiros pedaços de terra sem dono ou ignorados em suas características fisiográficas e mesmo econômicas. Ao invés de lavrador ou pastor, transformou-se no seringueiro. As circunstâncias econômicas e os imperativos do ambiente passavam a condicionar-lhe a existência. No ciclo colonial, a penetração dos sertões, a fundação dos engenhos e a abertura de fazendas de criar haviam determinado o aparecimento de tipos sociais, primeira contribuição do mundo lusitano para a galeria humana do continente: o bandeirante, o senhor do engenho e o criador de gado. A Amazônia, com a sua etapa econômica mais característica, contribuía agora com um novo tipo, o "seringueiro", a princípio nativo, caboclo amazônico, por fim e definitivamente nordestino, cearense, grossa maioria.

A paisagem social decorrente do ciclo da borracha definia-se na figura do seringueiro. A paisagem econômica, que se revestia de uma importância crescente, parecia estabilizada. As cotações do produto que lhe fundamentava o ser e foi a 17$2 por quilo, ao câmbio de 16, provocavam loucuras de cresos. Em 1910, por exemplo, a renda da Alfândega de Manaus, renda decorrente das importações da praça, atingia o máximo:...... 6.723:741$646, ouro!

Foi quando começou a verificar-se, com uma violência alarmante, a concorrência da borracha das plantações do Oriente. A paisagem econômica entrou então a perder suas melhores côres. Desequilibrou-se a máquina produtora. A borracha de plantação podia não ser melhor que a borracha nativa, mas por uma série de circunstâncias, passara a atrair a atenção dos mer-

cados consumidores, dos capitais estrangeiros, arredando a borracha nativa. A depressão econômica trouxe, como era natural, a depressão financeira. O Amazonas passou a experimentar nova crise, que lhe exigiria sacrifícios gigantescos.

NOVO CAPÍTULO DA HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO

O ciclo do ouro negro fundamentara a civilização amazônica, trouxera à nação novos espaços territoriais e lhe vitalizara o organismo financeiro. A concorrência da produção agricultada do Oriente abrira, porém, as perspectivas mais negras. Porque a produção nativa, apesar dos capitais que a movimentavam e eram uma decorrência imediata de seu esplendor, não podia medir fôrças com êsse novo tipo, criado pela técnica que nos destruía o monopólio assegurado pela produção espontânea. Produção mais barata, mais fácil de obter, a de plantação, mobilizara as energias financeiras de inglêses e holandeses que já em 1910 traziam, aos seus mercados consumidores, 8.200 toneladas, suficientes para desajustar tôda a maquinaria de que nos valíamos, até então, para governar o comércio gomífero.

Essa situação, apesar das vozes que anteriormente se haviam levantado para anunciá-la, prevendo a intervenção e a concorrência da borracha de plantação ou a borracha fabricada nos laboratórios, a borracha sintética, vinha encontrar o Estado, de seu lado, sem aparelhamento defensivo de qualquer natureza, antes fortemente combalido pelo secionamento de seu território, justamente o território dos altos rios, de onde lhe chegava a melhor e mais abundante produção gomífera (1).

Tanto governantes como produtores haviam descrido dessas vozes agourentas. O resultado aí estava, sem que no primeiro

---

(1) Êsse secionamento fôra decretado com a criação do Território do Acre. Ao que se verifica dos gráficos levantados pelo Sr. Jorge Andrade, no seu substancioso relatório apresentado à consideração do delegado do Amazonas na Comissão de Arbitragem na liquidação da pendência do Acre, o Estado perdeu, entre 1904 e 1930, de taxas que deixou de cobrar, soma superior a duzentos mil contos de réis.

momento fôsse possível reajustar as condições existenciais do vale.

Em 1910 a produção gomífera do Estado era de 9.879.688 quilos, com o valor oficial de 85.752:449$199. No ano seguinte baixava para 8.765.427, no valor oficial de 58.710:378$958. Dois anos passados, diminuindo a cotação, eram 8.552.308, no valor de 33.678:989$596.

As rendas alfandegárias, decorrentes principalmente das importações, estas por sua vez explicadas até então em seu volume sensacional pelo surto de bem-estar, de progresso, que o ciclo gomífero possibilitara, decairiam igualmente. Assim, já em 1911 representavam-se nos 5.064:003$525, ouro, e 13.308:506$078, papel, num total de 18.372:509$603. No ano seguinte, êsse total descera para 16.142:740$081. Em 1913 caía para 11.857:280$897.

Agravando a situação, o conflito europeu irrompido em 1914, diminuindo todos os negócios, como que veio trazer maior desequilíbrio, destruindo esperanças, indicando a governantes e governados que as condições existenciais do Estado, como de todo o vale, precisavam ser definitivamente orientadas noutra direção. As rendas alfandegárias, logo nesse ano, algarismaram-se nos 6.941:937$288. A cotação da borracha silvestre variou entre 4$1, seu ponto máximo, e 3$0. O valor da produção foi apenas de 28.050:398$630!

A crise que assoberbou a região, incidindo mais violentamente sôbre o Amazonas, teve, de então em diante, aspectos verdadeiramente catastróficos. Como que se considerava tudo irremediàvelmente perdido. O tesouro estadual, nesse ano, arrecadou de impôsto de exportação apenas 5.283:566$327!

A alta administração federal, ante a derrocada que perturbava profundamente o ritmo ascensional da economia e das finanças nacionais, propôs-se, a essa altura, intervir na vida econômica do vale, trazendo-lhe os elementos materiais e financeiros de que carecia para poder enfrentar o desastre e retomar sua evolução progressista. O decreto n. 2.543-A, de 5 de janeiro de 1912, estabeleceu medidas destinadas a facilitar e desenvolver a cultura da seringueira e do caucho e a colheita e beneficiamento da borracha extraída dessas árvores. Essas medidas cons-

tantes de um plano de gigantescas proporções, compreendiam isenções de impostos sôbre os utensílios e materiais destinados à reorganização da produção, prêmios aos agricultores das espécies gomíferas, estações experimentais da seringueira, prêmios às refinarias que estandardizavam a produção nativa, introdução de braços, equipamento da rêde de comunicações, inclusive pela construção de estradas de ferro.

Juntamente com a execução dêsse plano, que realmente envolvia os problemas que exigiam mais premente solução e, se atacados com seriedade, teriam rasgado para a região a segurança de dias serenos no seu processo evolutivo, a União programou o saneamento do vale, com a finalidade de assegurar aos trabalhadores da borracha as condições de vida necessárias a uma boa produção e ao seu futuro social.

As providências, imaginadas com tanta objetividade, infelizmente não foram levadas a efeito. A "defesa da borracha", como se denominou o serviço idealizado, nada produziu além de gastos que comprometeram as iniciativas posteriores e de logo deram a impressão de que o ciclo gomífero nacional estava definitivamente encerrado. Uma pequena intervenção do Banco do Brasil, no mercado, para a aquisição do produto, orientada sem a necessária visão do assunto, veio, em 1919, fechar o círculo derrotista que condenava os homens da região, negava-lhes qualquer facilidade para o reajustamento econômico do extremo norte, num esquecimento criminoso do que representava o capítulo heróico que haviam escrito na história econômica e financeira do País.

Apelar para outra direção, abandonando a riqueza florestal, foi, de pronto, a política que se aconselhou. Ora, uma nova orientação, no sentido de readquirir vitalidade, não podia ser obra realizável com os recursos normais do Estado. A crise que se abrira impossibilitava incursões amplas em qualquer etapa nova econômica de que se cogitasse. Providências do poder público estadual, tendentes a conduzir o homem ao amanho da terra, à criação do gado, ou mesmo à exploração mais intensiva das outras espécies em que a floresta era rica, não seriam suficientes. Como naquele período posterior à era almadina, o Amazonas teria de experimentar horas amargas.

E a experiência realmente foi mais uma vez amarga. Os quadros da exportação falam eloqüentemente do que representou essa quadra de trabalho.

Em 1917, para 213.070 toneladas de borracha produzida pelas plantações do Oriente, o Amazonas exportou 8.643.919 quilos, no valor de 34.531:998$400. Em 1921, para 272.915 toneladas de borracha oriental, o Amazonas exportou 4.122.059 quilos, no valor oficial de 8.126:180$803!

A atenção geral começou então a voltar-se para os outros gêneros extrativos, continuando a desprezar as advertências que aconselhavam a cultura da terra. A castanha, procurada nos mercados europeus e norte-americanos, que solicitavam igualmente as sementes oleaginosas, as madeiras, os couros e peles, entrou a ocupar, sem seguramente o esplendor da borracha, o primeiro lugar na produção exportada do Estado. Os trabalhadores da selva que, sem mais os recursos financeiros que o ciclo gomífero proporcionara, conseqüentemente desservidos de elementos bastantes para uma ofensiva em larga escala e dominados pelo desânimo, haviam emigrado da floresta, principiaram a regressar. O equipamento comercial foi adquirindo alento. Sem, é certo, aquela vertiginosidade progressista de outrora, mas dentro de certas cautelas, em etapas mansas, medidas, para evitar surprêsas.

A castanha, que ancilava a borracha na fase áurea e a princípio se denominara "castanha do Maranhão", vinha despontando desde o ciclo colonial. Sob o Império, vimos atrás, sua colheita crescera de volume. Fôra objeto de estudo particular pela importância que se lhe percebia. Seu preço, em 1861, variava entre os 3 e os 4 mil réis o alqueire. Nos meses de março, abril e maio, colhiam-na para a exportação. Em 1830, sua exportação não passara dos 280 alqueires, a $240; em 1860, já estava nos 22.469 alqueires, a 2$9 o alqueire. A casca da árvore, por sua vez, aproveitavam-na no fabrico de estôpa, indústria que garantira 3 a 4 patacas por alqueire.

Em 1917, sua exportação representava-se nos 186.196 hectolitros, no valor de 3.552:101$306; em 1919, nos 289.821, no valor de 8.462:821$525; em 1926, nos 260.153, no valor de mais

de doze mil contos de réis. As praças exportadoras eram Manaus e Itaquatiara. Esta, entre 1917 e 1919, contribuíra com 2.594.300 quilos. As praças importadoras eram: Nova York, São Francisco e Portland, nos Estados Unidos; Liverpool, Hamburgo e Bremen, na Grã-Bretanha e na Alemanha.

A colheita entrou a processar-se, como se fizera para a borracha, com sofreguidão, mobilizando todos os braços que abandonavam tôda e qualquer tarefa agrária no período do trabalho florestal. Emprêsa econômica de etapa primitiva, representava, a certos aspectos, a resistência do homem, que não compreendia, no vale, outra atividade que não fôsse atividade condicionada pelo ambiente. As riquezas naturais ali estavam, oferecendo facilidades. Para êle se dirigia, certo de êxito compensador. A castanha, como nenhuma outra, parecia-lhe o filão que talvez garantisse um novo ciclo vital na região.

O guaraná, as madeiras e o cacau, agora os ancilares da nova riqueza, por sua vez trouxeram para os gráficos da exportação números, se não alentadores, pelo menos revelando proporções ascensionais. Do guaraná, em 1919, os carregamentos que saíam do Estado iam à 41.204 quilos, solicitados quase exclusivamente por Mato Grosso. Do cacau, em 1917, a produção para o exterior atingia os 860.349 quilos, no valor oficial de 606:198$2. O negócio das madeiras, montadas algumas serrarias para o corte em toros, fêz-se pela colheita das árvores que desciam os rios, arrastadas pela fôrça das águas. Não se registrava uma ação direta na floresta, à falta de aparelhagem para a derrubada dos tipos comerciáveis. Quando muito, grupos de caboclos, moradores das margens dos cursos servidos pelas frotas a vapor, faziam lenha para combustível dessas embarcações, buscando na mata próxima os elementos necessários à sua operação mercantil.

A pesca do pirarucu, tomando certo desenvolvimento, realizava-se no Solimões e no Purus, a cujas margens montavam-se, como nos idos coloniais, as feitorias que trabalhavam imediatamente os exemplares apanhados. Aquêle retrato da pena de Spix e Martius, das pescarias e das feitorias do Solimões, em 1820, não se alterava. Homem e episódio não variavam. Em

1917, o pirarucu entrava na balança da exportação com 2.108.378 quilos, no valor de 1.717:281$1; em 1919, com 1.245.636, no valor de 1.461:242$6; em 1926, com 1.359.180, no valor de cêrca de dois mil contos de réis.

A criação do gado, nas campinas do Rio Branco, desenvolvia-se com uma lentidão particular. As pastagens não eram fortes. Os rebanhos, por causas outras várias, não aumentavam, como se esperava. Pelo censo de 1920, havia naquele vale fazendas, com um total de 177.528 cabeças bovinas.

No Baixo Amazonas, a criação, que principiara nos últimos tempos do período colonial, também se desenvolvia, sem a intervenção dos recursos técnicos, com um vagar sensível. Em 1920, lá se contavam fazendas, com mais de 40.000 cabeças de gado vacum.

Os outros gêneros que então integravam a economia estadual, eram a piaçaba, o óleo de copaíba e os couros de animais silvestres. Em 1918, de piaçaba saíram do Estado 369.003 quilos, cotação oficial de 166:032$4; da copaíba, 82.589 quilos, cotação de 195:350$5; dos couros, 229.120 quilos, cotação de 152:702$190.

Sem parque industrial, sem lavoura sequer de espécies alimentares, apesar do exemplo que lhe vinha do vizinho Estado, em franca reação ante a debacle da goma elástica, o Amazonas enfrentava a crise numa heroicidade assinalável. Se, no ano de 1919, o pôrto de Manaus não registrara sequer a entrada de um barco estrangeiro, tendo de remeter a sua produção, num regresso sensível, a Belém, de onde a embarcavam para o exterior!

Percorrendo-se as mensagens governamentais, os levantamentos estatísticos, os gráficos das rendas estaduais e federais, os boletins do movimento do pôrto da capital, tem-se um panorama exatíssimo dessas condições penosas. Assim, em 1918, as rendas do Estado tinham descido para 6.577:125$855, quando a receita orçada prometia 10.312:000$0! Sem cessar, os governantes pintavam a situação a côres negras. É que, além do volume da produção ser escasso, uma péssima política orientava a aplicação das rendas públicas, desde o Império.

Bastará recordar, nesse particular, que o Presidente Domingos Jaci Monteiro, ao assumir a administração, ano de 1876,

de par com os efeitos da crise, conseqüente à primeira queda de cotação da borracha, encontrara "admitido o princípio do assalto aos cofres públicos, o abuso dos recursos da Província, o malbarato das suas fôrças"...... "a desconfiança em relação aos negócios com a Província em conseqüência da soma de encargos tomados e da impossibilidade ou pelo menos grande dificuldade de solvê-los". Sob o regime republicano, apelara-se para o recurso dos empréstimos externos a fim de fazer face a despesas vultosas e gastos dispensáveis, compromissos que o Estado, nas condições aflitivas que arrastava, não podia satisfazer e valiam um índice da desordem reinante na direção da sua vida financeira.

Um economista norte-americano, Roy Nash, que visitou o Estado nessa conjuntura amarga, colhendo impressões do quanto êle se afastara daquelas décadas esplendorosas, estudando-lhe a realidade como ela se lhe apresentava, concluía que a tarefa a realizar para a reconquista do espaço, que a debacle gomífera entregara à floresta, era tarefa exigindo mil formas de ação coletiva. O homem, em si, não venceria; venceriam, sim, as fôrças sociais, de organismos oficiais ou não, legais ou extralegais. Essas fôrças sociais apesar da impressividade do que elas valiam, aqui, ali, acolá, não se organizavam no Amazonas em proporções capazes de frutificar, conquanto as melhores inteligências pragmáticas locais sustentassem êsse mesmo ponto de vista do "scholar" do norte, relativamente à necessidade imperativa de acabar com a dispersão e recorrer ao coletivismo construtor. O Clube da Seringueira, a Sociedade Amazonense da Agricultura, num esfôrço cheio de merecimento, não logravam os resultados que deviam colhêr para o bem coletivo.

Fazia exceção uma entidade de classe, a Associação Comercial do Amazonas, fundada em 18 de junho de 1871, por um grupo de negociantes adiantados, à testa dêles a figura respeitável de José Coelho de Miranda Leão. Batalhando sem cessar, ora em memoriais aos governos imperial e federal, ora em iniciativas diretas agrológicas ou de caráter industrial, ora em atitudes no sentido da articulação de vontades, energias e iniciativas para cometimentos de amparo, defesa e soerguimento econômico,

advertia, propugnava, constituindo-se, destarte, o único organismo de classe, portanto organismo social de intenção pragmática imediatista. Em 1872, pleiteando isenções de direitos para os gêneros estrangeiros importados pela Província, que carecia dos favores do poder público para progredir, dera o primeiro passo dentro de suas finalidades. Era, por isso, a exceção no panorama de desajustamento coletivo que se observava. Era a fôrça social única valendo como um exemplo admirável de tenacidade. Seu acervo de serviços, ampliando-se incessantemente, ia constituindo um acervo de benemerências creditadas para a valorização do Estado, o que significava valorização de um dos trechos de maior importância para os destinos do País, pela extensão de suas riquezas naturais. Não seria, contudo, suficiente.

O primeiro Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, promovido aos esforços da Associação e reunido em Manaus em 1910, examinara o problema econômico local por vários de seus ângulos. Propusera soluções, convocara o Estado, o comércio, tôdas as fôrças mobilizáveis para o empreendimento que era a solidificação econômica do Amazonas. Suas deliberações não se consagraram na execução.

Uma comissão norte-americana e brasileira, sob facilidades oficiais, com o aplauso da Associação, percorrendo em 1920 todo o vale gomífero, trouxera esperanças. Falava-se na inversão de capitais norte-americanos na cultura da hévea. A comissão, concluindo a tarefa de ciência econômica que lhe explicava a própria organização, indicara a Amazônia como um espaço magnífico às emprêsas de vulto no aproveitamento da sua variedade florestal.

Anos decorridos, em 1929, um técnico da região, o Sr. Cosme Ferreira Filho, planejou um congresso sul americano de borracha silvestre para o fim especial de assentar as bases de um programa de ampla atividade, de uma nova ofensiva sôbre a floresta, no sentido de restaurar-lhe o império da produção da goma nativa. O plano, aplaudido pela Associação Comercial, mesmo porque dêle resultava um ponto de vista brasileiro que consultava os interêsses nacionais, inclusive pela criação do parque indus-

trial decorrente do emprêgo da borracha, não foi adiante. Havia sempre a ausência das fôrças sociais organizadas.

A restauração, a reconquista econômica, como era natural, processava-se, mas dentro de um ritmo de lentidão impressionante.

A solução revolucionária do problema brasileiro, iniciada em 1930 e atingindo seu clímax em 10 de novembro de 1937, veio encontrar o Amazonas sob um clima de trabalho realizado sem o estusiasmo que vivifica. O montante de compromissos do Estado, segundo apurou a administração revolucionária, atingia cifras astronômicas: dívida interna: 81.600:310$825; externa: 391.655:605$803. O desequilíbrio era gritante. O volume da produção normal não permitia esperanças para o reajustamento dos quadros financeiros. Num relatório minucioso, o Sr. Álvaro Maia, como posteriormente o Sr. Rogério Coimbra, que lhe sucedeu na direção do Estado, denunciou a situação com a minuciosidade que o momento comportava ou mesmo exigia, solicitando a cooperação do poder federal para que a máquina econômica voltasse a mover-se com a intensidade de outros tempos.

A revolução anunciara ao vale a sua integração na vida econômica nacional pelo aproveitamento de suas reservas. O cumprimento da promessa que, por si só, valia um capítulo enérgico de ação construtiva, se não foi de pronto levado adiante, nem por isso se pôde concluir que tivesse desertado das cogitações oficiais. De par com a vontade do chefe do govêrno nacional para transformar a vida amazônica de simples episódio de história econômica num sumoso capítulo da história da civilização, as administrações estaduais pautaram sua ação por normas de efetivo rendimento, o que veio proporcionar confiança e segurança para os negócios. A Associação Comercial, incorporando-se ao equipamento de que se foi valendo o Estado, na sua política de interferência beneficiadora e policiadora da produção, entregou-se, de seu lado e a chamado do próprio poder público, que lhe definiu atribuições, a uma atividade sem limites, indicando orientação, cooperando na execução de providências, distribuindo

instruções aos produtores, solicitando atenção para certos aspectos do problema amazonense, mantendo-se sempre na estacada para a solução dos mais graves assuntos dizentes com o progresso sócio-econômico regional.

A legislação tributária, com a interferência esclarecedora da Associação Comercial, sofreu uma reforma integral. A arrecadação estadual, em 1931, cifrara-se em 6.961:437$364; em 1935, ascendia a 11.330:305$559; em 1941 culminava nos 26.735:224$734. As pautas de produção compreendiam, então, as seguintes espécies: borracha, balata, castanha, cacau, cumaru, guaraná, jarina, puxuri, piaçaba, salsa, timbó, madeiras, essência de pau-rosa, óleo de copaíba, couros e peles de animais silvestres, juta, pirarucu, etc.

Dessas espécies, a produção mais vultosa representava-se na borracha, castanha, essência de pau-rosa, couros e peles, pirarucu, balata. A borracha crepe exportada atingira os...... 3.505.719 quilos, no valor de 25.559:560$1; a essência de pau-rosa, 227.743 quilos, no valor de 17.198:763$; a castanha graúda, os 6.213.381, no valor de 11.051:834$474. O total da produção, em 1941, algarismava-se nos 26.918.863.900 quilos, valendo 88.775:764$660. O timbó, a essência de pau-rosa e a juta eram as novidades do momento. Sempre a produção espontânea. Apenas a juta, cultivada com um êxito surpreendente, em Parintins e municípios vizinhos. Em 1940 seu pêso em quilos exportados não passara de 62.416; em 1941 já somava 154.349. Naquele ano valera 126:762$8; neste, 384:704$3.

Usinas de beneficiamento de castanha, de lavagem de borracha, de preparo de essência de pau-rosa, serrarias de certas proporções, comunicavam o sôpro inicial de revigoramento. A cotação dos gêneros subia: a borracha, 11$0; a castanha graúda, 130$0, o hectolitro.

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, cujos primeiros trilhos datavam de um empreendimento do Império, objetivando servir um dos trechos de maior produção gomífera, salvando a zona encaixoeirada do Madeira, só no período republicano, como uma conseqüência do Tratado de Petrópolis, fôra construída. O desastre da borracha trouxera-lhe um regime deficitário alarmante.

O govêrno nacional, na execução de seu programa amazônico, encampando-a, entrosou-a no sistema revigorante.

Os serviços de navegação do vale, a cargo da "Amazon River", encampados igualmente pelo govêrno nacional sob a denominação geral de "SNAPP", também se entrosou na reaparelhagem econômica regional.

A civilização industrial que caracterizava a hora mundial, exigia, a essa altura, a matéria-prima que nem sempre as grandes reservas coloniais podiam satisfazer. A Amazônia continuava espaço generoso e rico dessa matéria-prima que as comissões científicas iam identificando e os parques industriais consumiam no variado campo das utilidades. O Amazonas, parte menos explorada dêsse mundo amazônico de especiaria valorizada, possuindo a consciência cristalizada de que sua ordem econômica se fundamentava no que a floresta produzia, retomou o dinamismo do passado próximo. E no momento cruciante da atualidade, com a sofreguidão dos dias felizes do ciclo gomífero, retorna ao ouro negro, necessário ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil em face do novo conflito mundial e para que seja uma esplêndida realidade a sua transformação como um "novo capítulo da história da civilização".

BIBLIOGRAFIA

Inácio Avelino de Oliveira — Relatório da Comissão Brasielira de Estudos do Vale do Amazonas. Rio, 1924.

Tavares Bastos — O Vale do Amazonas. Rio, 1866.

Gilberto Osório de Andrade — Um Complexo Antropogeográfico. Recife, 1940.

Barão do Marajó — A Amazônia. Lisboa, 1883.

Barão do Marajó — As Regiões Amazônicas. Lisboa, 1895.

Luís R. C. de Albuquerque — A Amazônia em 1893. Rio, 1894.

Araújo Lima — Amazônia. A terra e o homem. Rio, 1933.

Torquato Tapajós — O Vale do Amazonas. Rio.

Torquato Tapajós — Climatologia do Vale do Amazonas. Rio, 1889.

André Fernandes de Sousa — Notícias Geográficas do Rio Negro. **Revista do** I.H.G.B. — Tomo X. Rio, 1870.

Auguste Plane — L'Amazonie. Paris, 1903.

Alfredo da Mata — Geografia e Topografia Médica de Manaus. Manaus, 1916.

A. de Belmar — Voyage aux Provinces Brésiliennes du Pará et des Amazones. Londres, 1861.

Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio — Diário da Viagem, etc. Lisboa, 1825.

Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio — Apêndice do Diário de Viagem. Anais da B.A. Paraense, Tomo 6. Belém, 1907.

Moacir Paixão — Formação Econômica do Amazonas. Pôrto Alegre, 1940.

Alexandre Rodrigues Ferreira — Diário da Viagem Filosófica. Revista do I.H.G.B., Tomos 48-51, Rio.

Agnelo Bittencourt — Corografia do Estado do Amazonas. Manaus, 1925.

Araújo e Amazonas — Dicionário Topográfico, Histórico e Descritivo da Comarca do Alto Amazonas. Recife, 1853.

Paul Wale — Au Pays de L'Or Noir. Paris, s/d.

Fernando Sabóia de Medeiros — A Liberdade de Navegação do Amazonas. São Paulo, 1938.

Arturo Luciani e Bertino de Miranda — O Estado do Amazonas. Gênova, 1899.

La Condamine — Relation Abrégée d'un Voyage fait dans l'intérieur de l'Amérique Meridionale. Paris, 1745.

Artur César Ferreira Reis —História do Amazonas. Manaus, 1931.

Artur César Ferreira Feis — A Política de Portugal no Vale Amazônico. Belém, 1940.

Artur César Ferreira Feis — Panorama Econômico-Financeiro do Segundo Reinado, A Navegação a Vapor Especialmente do Amazonas. Rio, 1942.

Artur César Ferreira Reis — Soldados, Casais Degredados na Colonização da Amazônia. Pôrto Alegre, 1940.

Artur César Ferreira Reis — Lôbo d'Almada. Um Estadista Colonial. Manaus, 1940.

Manuel Lobato — O Vale do Amazonas e o Problema da Borracha. New-York, 1912.

José Carlos de Macedo Soares — A Borracha. Paris, 1927.

Cosme Ferreira Filho — A Borracha, problema brasileiro. Manaus. 1938.

Cosme Ferreira Filho — Em Defesa da Borracha Silvestre. Sul Americana. Manaus, 1929.

Jaramilo Taylor — Problema da Borracha na Amazônia. Rio, s/d.

Haníbal Pôrto — O Problema da Borracha Brasileir.a Rio, 1939.

O. Labroy — A Borracha e o Brasil. Rio, 1913.

Jorge Andrade — Subsídio para o estudo da Questão do Acre. Manaus, 1937.

Nunes Pereira — O Pirarucu. Rio, 1935.

Nunes Pereira — A Indústria Pastoril no Amazonas. Manaus, 1922.

R. B. de Brito Pereira — A Indústria da Borracha na Amazônia. Manaus, 1922.

Alfredo da Mata — Geografia Botânica do Amazonas. Rio, 1927.

Roberto Simonsen — História Econômica do Brasil. São Paulo, 1937.

J. F. Normano — Evolução Econômica do Brasil. São Paulo, 1939.

Departamento Estadual de Estatística — O Amazonas em números. Manaus, 1943.

Roy Nash — A Conquista do Brasil. São Paulo, 1939.

Silva Coutinho — Breve notícia sôbre a extração da salsa e da seringa. Manaus, 1863.

Herbert Heaton — Economic History of Europe. New-York. s/d.

José Jobim — O Brasil na Economia Mundial. Rio, s/d.

Relatórios da Associação Comercial do Amazonas, desde 1872.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Sinopse Estatística do Amazonas, 1936-38.

Department of Comerce — Rubber Prodution in the Amazon Valley. Washington, 1925.

Anais do Congresso Com. Industrial e Agrícola. Manaus, 1911.

Municipalidade de Manaus — Estatística Econômica. Manaus, 1908.

Publicações várias do Departamento de Publicidade da Ass. Comercial.

Ministério da Agricultura — Boletim da Superintendência da Defesa da Borracha. Rio, 1913.

Relatórios da Presidência da Província do Amazonas. Rio, 1907.

Falas Presidenciais da Província do Amazonas, desde 1852 a 1888. Edições de Manaus.

Mensagens dos Governadores do Amazonas, desde 1891 a 1930.

Mensagens e Relatórios do Governador e Interventores do Amazonas, de 1930 a 1941.

Relatórios do Tesouro do Estado do Amazonas.

Códices da Seção de Manuscritos da Biblioteca do Estado do Pará. Números 2, 14. 15, 35, 36, 41, 42, 47, 62, 63, 69, 72, 74, 81, 82, 92, 99, 100, 111, 117, 198, 204, 208, 211, 212, 213, 215, 216, 218, 220, 221, 222, 227, 229, 230, 236, 237, 238, 239, 240, 247, 250, 251, 252, 253, 340, 346, 351, 357, 401, 422, 433, 438, 439, 453, 460, 461.

ÍNDICE

O espaço 5

O elemento humano 10

O ciclo da droga do sertão 20

A experiência agrícola 26

A era almadina 35

A primeira crise 45

A reconstrução imperial 57

O ciclo do ouro negro 70

Novo capítulo da história da civilização 91